



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 438 - DE 05 A 19 DE AGOSTO DE 2012 - R\$ 3,00

**Ameaça de demissões na GM:
por uma campanha pela estabilidade no emprego,
escala móvel das horas de trabalho
(redução da jornada sem reduzir os salários),
controle operário da produção e
abertura das contas dos capitalistas**



**Julgamento do mensalão: disputa interburguesa ao
redor das denúncias de compra de parlamentares.
Somente as massas em seus tribunais populares
poderão julgar e punir a burguesia corrupta!**



Oposição revolucionária a Dilma

Crise econômica e crise política

Os novos dados sobre a economia brasileira mostram que as tendências da crise econômica se mantêm. A produção industrial cresceu 0,2% em junho. Ou 5,5% menor que a de um ano antes. Em pesquisa do IBGE, de 27 setores industriais, 15 tiveram retração. O primeiro semestre registrou recuo de 3,8% em relação ao mesmo período do ano passado.

O setor automobilístico, ponta da economia, soou o alarme. Apesar das medidas de subsídio adotadas pelo governo, com isenção de IPI, e do mês de junho ter batido o recorde histórico de vendas por isso, as demissões correm soltas e se as anunciam em milhares. O setor de autopeças registrou queda produtiva de 13% no semestre, e demitiu 5 mil trabalhadores. A GM anunciou fim de linhas de produção e demissão de milhares em São José dos Campos/SP (ver artigos nesta edição).

O FMI tem alertado sobre as tendências perigosas que apontam na economia brasileira. A expansão do crédito praticada nos últimos anos, ancorada no estímulo à compra de apartamentos, automóveis e da linha branca, esbarra no limitado poder de compra do mercado interno e nas tendências voláteis da especulação internacional.

As exportações estão emperradas. Em junho, o superávit registrado foi 45% menor que no ano anterior. Em julho, essa queda foi menor, de 39%. Mas não se vê aí uma reversão de tendência, pois estima-se que o movimento grevista nas alfândegas tenha prejudicado mais as importações. De janeiro a julho, as exportações caíram 3% e as importações subiram 1,7%, em relação ao mesmo período de 2011, com destaque para a queda de 7% das exportações para a Europa em crise, 17% para o Mercosul e crescimento de ínfimos 1,4% para a China. Na contramão com estas tendências, aumentaram 7% as exportações para os EUA.

Setores da burguesia nacional questionam a política do governo Dilma frente à crise. Em 2012, foram aplicadas as mesmas medidas de proteção aos bancos e multinacionais que atenuaram a crise de 2008. Com o agravante de se ter estimulado uma desvalorização de cerca de 20% do real frente ao dólar. O empenho do governo em favorecer as multinacionais é explícito, como afirmou o ministro Mercadante diante da greve das federais: os recursos do governo serão canalizados em favor das empresas, a fim de supostamente preservar os empregos. Os operários da GM estão sentindo na pele os efeitos dessa política.

Os setores descontentes da burguesia criticam as medidas por se tratarem de paliativos, ou pelo seu caráter assim chamado “anticíclico”. Apontam para o México, que tem registrado um crescimento sensível na economia nos últimos anos, enquanto de 2008 para cá o Brasil amarga uma média de estagnação. Os críticos burgueses dos governos petistas apontam: a) o privilégio dado aos negócios com a China, que se tornou o principal parceiro comercial do Brasil, assim como a outros parceiros do hemisfério Sul, enquanto se secundarizaram as relações com Europa e Estados Unidos – a China tem reduzido seu crescimento e com ele as compras de matérias primas brasileiras, enquanto o México, que priorizou o comércio com os EUA e sofreu há alguns anos por isso, tem colhido os frutos de sua política ao ocupar agora espaços deixados pelo retrocesso de setores chineses, que tiveram aumento de custos; b) a falta de investimento na infraestrutura do país, que não tem como drenar sua produção para o mercado externo e enfrenta competidores em melhores condições tecnológicas, de infraestrutura e fiscais; c) acu-

sam a lentidão do governo em fazer avançar reformas na legislação trabalhista que permitam aumentar a superexploração do trabalho, flexibilizando direitos de acordo com as necessidades circunstanciais dos capitalistas.

As críticas de setores capitalistas ao governo Dilma não superaram o grande obstáculo para superar a estagnação: a força da crise mundial capitalista, sua projeção sobre o Brasil e a natureza do capitalismo atrasado e suas relações de interdependência com as potências, que estrangulam o mercado interno e aceleram o atraso relativo da economia, mesmo nos momentos mais favoráveis ao crescimento.

O governo brasileiro procurou negociar mais com a China, o Mercosul e outros não por questões ideológicas, mas justamente pelo bloqueio do comércio internacional imposto pelo protecionismo das potências. O México, na década passada, sofreu muitíssimo justamente pela dependência das exportações aos EUA, que buscaram na China mercadorias com preços mais atraentes. E buscaram também na China possibilidades de investimento lucrativo, apoiando-se na exploração do trabalho semi-escravo. A ampliação massiva do parque industrial chinês, movida em grande medida pelo investimento das potências, exigiu ampliar o comércio de matérias-primas, e o Brasil se apresentou como o produtor delas. É nesse encadeamento imposto pelas potências que o Brasil se encaixou e aprofundou sua condição de país semicolonial produtor de matérias-primas. O caso do Mercosul também reflete as imposições do capital imperialista sobre a região. O Mercosul chegou a ser instrumento de penetração de mercadorias, principalmente europeias, por sobre as barreiras alfandegárias dos países membros. Foi útil ao imperialismo para desaguar a superprodução. Mas passou a incomodar os EUA quando tentou se colocar como bloco frente às potências, e o manejo do câmbio dependente do dólar pôs abaixo as limitadas pretensões dos governos sulamericanos. A alta no preço das matérias-primas de energia e a maior dependência de manufaturados brasileiros pela Argentina deram fôlego circunstancial ao Mercosul. Mas essa circunstância já passou. A forte queda do comércio do bloco é só mais um indício disso.

A economia brasileira não escapa atualmente das tendências da crise mundial justamente pelo esgotamento das medidas anticíclicas diante das relações mais profundas de dependência e atraso. As medidas anticíclicas foram tomadas e surtiram algum efeito em 2008 pela escassa participação brasileira no comércio mundial e pelo estímulo artificial ao consumo interno. Esse consumo interno está esgotado. A inadimplência crescente, que levou o banco Itaú a registrar pela primeira vez em muitos anos uma queda do lucro, expressa a impossibilidade de se aumentar o endividamento. Coloca-se a possibilidade de estalar em curto prazo uma crise imobiliária e mobiliária semelhante à de 2008 nos EUA.

O subsídio estatal não é suficiente para aumentar de forma permanente as vendas. Todos os setores industriais trabalham com previsões de retração nas vendas, e se preparam para esse quadro. A desvalorização cambial não contorna o bloqueio do comércio internacional.

Não será esta ou aquela medida governamental que tirará o país da crise. O governo burguês agirá para preservar ao máximo os interesses dos capitalistas. O problema é que a crise coloca mui-

tos desses interesses em contradição. No geral, os recursos, as medidas, o aparato repressivo, serão utilizados em larga escala para descarregar a maior parte do peso da crise sobre as massas, com desemprego, arrocho salarial, destruição de conquistas sociais etc.

Para as massas, cabe se organizar e preparar a resistência, a partir da mobilização independente por suas necessidades mais sentidas, e a unificação e centralização dos movimentos. Jogam contra essa necessidade a política colaboracionista das direções dos movimentos e a ausência do partido revolucionário enraizado, que expressa a independência política e organizativa dos explorados.

Julgamento do Mensalão: não é meramente um processo jurídico, é a disputa política interburguesa

O início do julgamento dos 38 processados acusados de montar uma máquina de compra de votos de parlamentares no primeiro mandato de Lula se projeta na situação política. No interior do Supremo Tribunal Federal (STF), se processa a disputa interburguesa que apresentará o Mensalão como um fato comprovado ou parte do jogo de acusações entre os bandos que competem pelo aparato estatal burguês. Muito ao contrário do se apregoa sobre magistrados incólumes, os ministros do Tribunal agem, todos eles, de acordo com os interesses de frações burguesas. Assim, desde antes do julgamento, já se manifestaram a favor ou contra a condenação dos réus. Não se trata de uma disputa jurídica ao redor de interpretações da legislação e dos fatos. A disputa jurídica está a serviço de interesses políticos dos governistas ou da oposição burguesa.

Os fatos são abundantes na demonstração de que existia um esquema de compra de votos da base parlamentar do governo. O que não é em si mesmo nenhuma novidade, pois o estado burguês tem na corrupção o principal aditivo no funcionamento de sua máquina estatal. Os partidos burgueses negociam seu apoio a essa ou aquela medida, a esse ou aquele governo, em troca de benefícios ao redor da distribuição do orçamento, controle do aparato ou simplesmente dinheiro mesmo. O diferencial do esquema do Mensalão, que inclusive foi criatura do ex-governador de Minas Gerais, o tucano Azere-do, é que estabelece uma mesada aos parlamentares fiéis, distribuída através de um esquema de lavagem de dinheiro em empresas de propaganda e publicidade.

O escândalo só estourou porque o PT, quando assumiu o governo, passou a assumir o controle de setores do aparato estatal de forma desproporcional à sua expressão parlamentar. Negociou com o PTB o controle dos Correios, mas passou a atacar a gestão petebista com denúncias de corrupção. Ao que o figurão Jefferson respondeu com a denúncia do Mensalão, e que foi estimulada pela oposição burguesa com vistas ao desgaste eleitoral do PT e até a possibilidade de impeachment de Lula, que esteve por um fio. Foi preciso que se construísse uma blindagem do então presidente pelo PMDB, maior partido do parlamento, e que uma força fosse dada pelo então presidente ianque Bush, que declarou apoio a Lula e desacordo com sua substituição.

A queda de José Dirceu, principal articulador do PT e provável candidato à sucessão de Lula, foi a conta cobrada pela oposição burguesa. O apoio popular a Lula e os resultados positivos da economia colocaram as denúncias do Mensalão de lado. Outras denúncias a serem jogadas entre as frações da burguesia seriam colocadas em relevo, na disputa por maior influência no aparato estatal. O Mensalão foi colocado nas mãos do poder judiciário, que protelou seu julgamento por sete anos.

A rigor, somente três dos 38 acusados seriam levados a julgamento diretamente no STF, por serem parlamentares e terem foro privilegiado. A rigor, a maioria dos ministros tem alguma ligação pessoal a favor ou contra o governo Lula, que é o réu de fato do processo, e portanto estariam impedidos de se manifestar. Mas o julgamento está tomado pelo caráter político. As provas, os testemunhos, as questões de ordem, tudo é jogado como peça de disputa política.

As empresas de Marcos Valério, responsáveis por mais de 80% dos recursos do Mensalão, tinham obtido no Tribunal de Contas a aprovação de seus balanços. Essa resolução imediatamente se tornou peça na defesa dos acusados. Pois, na véspera do julgamento, a decisão do TC foi suspensa, anulando-a como base de defesa. O revisor do processo, Ricardo Lewandowski, pró-governo, conseguiu ganhar um dia de processo com um pedido de desmembramento entre os três de foro privilegiado e os demais. Pedido esse que podia ter sido feito antes, mas que foi usado como carta na manga. O objetivo foi apenas ganhar tempo, pois o ministro Cezar Peluzo, declarado condenador, está para se aposentar. O relator, Joaquim Barbosa, se irritou com o colega, mas teve de engolir a discussão, que não desmembrou nada. O procurador da república, Roberto Gurgel, fez a acusação no dia seguinte, e pediu a prisão de 36 dos 38 acusados, livrando Luiz Gushiken (PT) e Antonio Lamas (ex-PL). Afirmou que o Mensalão é fartamente documentado, e que seu chefe era José Dirceu, apesar de não haver provas materiais contra ele. O julgamento prosseguirá durante todo o mês de agosto e deve adentrar setembro.

Enquanto isso, a CPI do Cachoeira agoniza e é secundarizada. Todas as atenções se voltam para o julgamento que pode manchar de forma substantiva o governo Lula.

Embora a aprovação da presidenta Dilma esteja altíssima, e a maior parte das frações do capital esteja apoiando as medidas por ela tomadas; embora o governo Dilma tenha assumido posições mais à direita do que as do governo Lula, e tenha se alinhado mais sistematicamente ao imperialismo nas questões externas; a oposição burguesa busca um trunfo para a próxima disputa presidencial. O conteúdo é remover o PT, partido que não é orgânico da burguesia, do cume do aparato estatal, e substituí-lo por um governo próprio da burguesia, tido como mais capaz de enfrentar as consequências e desdobramentos da crise econômica. O julgamento do mensalão é peça chave para esse projeto. Por isso os ministros vão se digladiar ao redor das teses de condenação e absolvição. É possível que se atinja um meio termo, que se condenem alguns e inocentem outros. Assim, se preservaria a instituição corrompida e apodrecida do Poder Judiciário, e se dará munição aos dois lados em combate. A sorte dessa guerra se dará bem mais nos rumos que tomar a crise capitalista e na resposta das massas a ela do que na capacidade oratória dos urubus do STF.

Os crimes de corrupção da burguesia, bem como os demais crimes de classe, não serão julgados e punidos pelas instituições da própria burguesia. A constituição dos Tribunais Populares pelas massas em movimento independente política e organizativamente é que podem julgar e punir os crimes de classe dos exploradores. O PT, que com seu reformismo apregoa reformar o Estado burguês, democratizando-o, ao assumir o poder do Estado, assimilou características próprias dos partidos burgueses, foi transformado e não transformou, incorporou a corrupção, o fisiologismo, oligarquizou-se e se vendeu de corpo e alma aos capitalistas.

**Manifesto do Partido Operário Revolucionário
Todo apoio à luta dos metalúrgicos de São José dos Campos
Aos trabalhadores e à juventude oprimida
Ataque da General Motors aos empregos:**

**Defender os postos de trabalho a todo custo!
Por uma campanha nacional de defesa de
um programa proletário para a crise e suas
nefastas consequências para os explorados!**

A dispensa dos trabalhadores na madrugada do dia 24 de julho e o bloqueio ao acesso à fábrica foi um sinal de endurecimento da multinacional perante o sindicato e de demonstração de que está disposta a demitir em massa. A explicação: medida é para evitar a agitação interna e uma possível ocupação da GM. Nesse dia, o sindicato havia convocado um ato contra as medidas.

O Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos tinha decretado uma greve de advertência de duas horas, no dia 12 e uma de 24 horas, no dia 16, exigindo que a empresa interrompesse o processo de desativação da linha de produção e a destruição de postos de trabalho. Antes, no dia 5, havia ocorrido uma passeata no centro de São José dos Campos, reunindo milhares de manifestantes.

O conflito foi dirigido ao governo Dilma. E envolveu o prefeito de São José dos Campos, a quem os sindicalistas levaram o problema. O sindicato vinculado à Central Sindical e Popular-Conlutas acusa a GM de receber os incentivos fiscais e não conservar os empregos. O secretário de Relações do Trabalho reconheceu a demissão de 400 operários em julho. Mas o sindicato denunciou que já houve 2.000. A GM não divulgou o número, apesar de participar da mesa convocada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). Apenas 350 aceitaram o Programa de Demissões Voluntárias (PDV), de um universo de 7.500 operários.

A ameaça da multinacional norte-americana de fechar a linha de montagem parece como um perigo real, embora haja muito de chantagem para que o sindicato aceite a flexibilização aplicada em outras unidades e em outras montadoras, como a Volkswagen, Mercedes, etc., no ABC paulista. A dispensa imposta de surpresa ao 3º turno no dia 24 constituiu uma medida para atemorizar os metalúrgicos e testar a capacidade do sindicato em responder com a luta organizada. A empresa sabe perfeitamente que o prefeito, o governo federal e o Ministério Público pressionarão para um acordo que favorecerá a multinacional. Caso os trabalhadores não se organizem unitariamente para enfrentar o ataque patronal aos empregos, as demissões serão impostas, com anuência da lei e com a proteção do Ministério do Trabalho.

As manifestações e as greves de advertência não demoveram os diretores da GM em levar adiante seu plano. Alertaram, porém, para o fato de que a fábrica pudesse ser ocupada. Haveria de fato disposição para uma ação tão decisiva? Se havia um movimento nesse sentido, foi abortado pelo patronato. Notamos que o sindicato procurou seguir os trâmites legais para decretar as paralisações de advertência. Mas a GM não o



fez. Simplesmente decidiu por meio do locaute suspender as atividades da fábrica.

O choque entre os interesses da montadora e dos operários já definiu uma relação de força. A multinacional se mostra em posição de superioridade. Está convencida que poderá avançar e jogar o confronto para a Justiça do Trabalho. Observa que o sindicato corre atrás de autoridades burguesas para que estas interfiram contra a prepotência da patronal. A reunião promovida pelo Ministério Público comprova a situação de perigo para os explorados. Os representantes governamentais dizem estar preocupados com o desfecho da crise e que é preciso encontrar uma saída negociada. O diretor de Assuntos Institucionais da GM do Brasil, Luiz Moan, jura que vem procurando um acordo desde 2008-2009 e que não foi correspondido. O presidente do sindicato Antônio Ferreira Barros afirma o contrário, que a empresa foi inflexível. Moan reconhece que agora o sindicato está mais flexível, mas que é tarde, que a GM enfrenta obstáculos de mercado, embora outras unidades, como a de Joinville, caminhem bem. Espera que o sindicato apresente novas propostas. Barros mostrou que indicou três propostas: concentrar a produção do Classic em São José dos Campos (o que levaria a demissões em outras plantas da GM); parar de importar o Sonic, passando a produzi-lo no local e voltar a fabricar caminhões. O representante da GM chegou ao ponto desejado. Afirma que o custo de produção torna seus carros menos competitivos, no qual pesa o preço da mão-de-obra.

O Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos tem procurado se diferenciar dos filiados à CUT e à Força Sindical, não assinando acordos de perda de direitos e de flexibilização trabalhista.

Esse é um motivo da GM reclamar da falta de disposição para se ter chegado a um acordo em 2008/2009. Agora é o momento em que a crise coloca para os capitalistas a necessidade de proteger seus lucros, rebaixando o valor da força de trabalho e cortando postos de trabalho. O governo petista saiu em socorro do grande capital, em especial das multinacionais, esperando evitar uma profunda retração no setor automotivo. Porém, a população endividada não mais consegue manter o consumo em alto patamar. O que expressa o fracasso dos planos de Dilma Rousseff para manter artificialmente o crescimento do consumo. Inexoravelmente, a indústria ressentir-se das tendências recessivas mundiais.

O que está ocorrendo na GM se repete em outras montadoras. No ABC paulista, a burocracia já assinou inúmeros acordos de flexibilização. A Mercedes Benz, por exemplo, suspendeu por cinco meses o trabalho de 1.500 metalúrgicos. O sindicato da CUT está prostrado diante das multinacionais. Aceitou as suspensões e a utilização do dinheiro do Fundo de Amparo dos Trabalhadores (FAT). Caso os estoques continuem a crescer, as demissões vão se ampliar. Esse é o principal problema para os assalariados. É evidente que a burocracia sindical bloqueia uma ação local e nacional conjunta em defesa dos postos de trabalho.

A GM de São José dos Campos está abrindo caminho, nesse sentido. A reunião com o Ministério Público do Trabalho serviu para o seu representante sacar o artigo 476-A da CLT que prevê a possibilidade de suspensão do contrato de 2 a 5 meses, utilizando os recursos do FAT. Como se vê, a multinacional se livra da responsabilidade. Mas, passado o período de suspensão, se as vendas não crescerem, a empresa joga os trabalhadores na rua, como mostram as experiências na Volks com o acordo da Autovisão, etc. Esse é o caminho apresentado pelo MPT. No dia 4 de agosto, nova reunião será realizada. Há uma exigência de que o sindicato apresente uma proposta. O que poderá propor a não ser as três condições já apresentadas?

Não há outra saída para os operários senão se unirem em um movimento que coloque claramente o lugar das multinacionais no interior da economia nacional. É preciso elevar a consciência política da classe operária de que o grande capital internacional explora a mão de obra barata nas semicolônias e saqueia recursos econômicos. Emprego não se negocia, se defende com unhas e dentes. As bandeiras de estabilidade no emprego, escala móvel das horas de trabalho, controle operário da produção e abertura das contas das empresas são imprescindíveis. Esse é o ponto de partida da luta pela defesa dos postos de trabalho e fim de todo desemprego. Há que se propagandear entre os operários a tarefa de expropriar o grande capital e estatizá-lo, bem como os meios de fazê-lo, que implicam a luta revolucionária por um governo operário e camponês (ditadura do proletariado). Sem uma política estratégica que conduza o movimento operário para ações unitárias não é possível derrotar a ação centralizada da patronal.

Quanto mais o sindicato e a CSP-Conlutas ficarem atrás de politiqueros e se socorrerem do Ministério Público, mais a GM ganha força. As três condições apresentadas não passam de conselhos administrativos aos capitalistas. Não são as respostas de um programa operário para enfrentar a crise e os ataques da burguesia. Não se pode rechaçar as medidas do governo de apoio às multinacionais e depois reivindicá-las em nome da preservação dos empregos. Essas respostas do sindicato e CSP-Conlutas não servirão para superar o atraso político dos operários e sua escassa organização. Não será com manobras



na justiça, em detrimento das bandeiras classistas, que se combaterá o receio dos trabalhadores e a divisão em suas fileiras. Se o sindicato mantiver essa posição, acabará sucumbindo aos acordos de flexibilização.

Pode-se argumentar que São José dos Campos está isolada. O que é uma constatação verídica. Cabe então trabalhar pela quebra do cordão burocrático imposto pelas direções da CUT, Força e CTB. Não será com posições dúbias, vacilantes e com manobras legalistas que se cumprirá esse objetivo. É preciso que São José dos Campos compareça como uma trincheira perante o conjunto do proletariado e demais explorados, com um programa e com os métodos próprios.

O combate às medidas capitalistas de proteção aos lucros e de ataque às condições de existência dos explorados impõe o enfrentamento com a burocracia conciliadora e subserviente. Os operários devem conhecer os métodos divisionistas e isolacionistas das direções colaboracionistas que impõem aos sindicatos. Nas mobilizações em São José dos Campos, a sua direção representada pela CSP-Conlutas-PSTU tem o dever de se contrapor à fragmentação da classe operária, defendendo o programa e a política revolucionárias para a crise. Com corporativismo, legalismo e manobras políticas para atrair autoridades governamentais e politiqueros da burguesia, não se enfrenta a política da burocracia dominante.

É preciso lançar uma campanha nacional de defesa dos empregos e salários e contra os acordo de flexibilização. Inevitavelmente, o sindicato se deparará com a contra-campanha patronal que buscará na Justiça do Trabalho e na polícia o apoio à sua causa. Há que responder mostrando o papel da legislação anti-greve, do Ministério Público e das autoridades governamentais de proteger o capital. É grave que o sindicato receba o recado do Ministério Público de se aplicar os termos de suspensão do trabalho e não denuncie em campanha nacional o jogo que está sendo montado para se levar a termo demissões em massa, que, aliás, já vêm ocorrendo.

É possível rever esse caminho, lançando a campanha nacional de defesa do emprego e do salário, com um programa proletário. Nenhuma demissão! Recontratação dos demitidos! Estabilidade no emprego! Escala móvel das horas de trabalho! Controle operário da produção! Abertura das contas das empresas! Que essa posição seja discutida e aprovada em assembléia. Que seja levada à classe operária em todo o País!

Governo do PT não punirá a GM

O sindicato metalúrgico de São José dos Campos reivindicou que Dilma Rousseff intervenha para que a General Motors não demita 1.500 operários. A Força Sindical, CTB e UGT publicaram uma nota conjunta denunciando a empresa por receber os incentivos federais e não garantir os empregos.

Na reunião com o Ministério Público, em 25 de julho, compareceu o Secretário Nacional de Relações do Trabalho, Manoel Messias Nascimento Melo, que apregouo um entendimento. A presidenta havia ameaçado retirar a isenção do Imposto de Produtos Industriais (IPI) para as montadoras que demitissem. O sindicato dos metalúrgicos do ABC, filiado à CUT e pró-governamental, culpou o sindicato de São José dos Campos, filiado à Central Sindical e Popular-Conlutas, devido ao fato de não ter feito acordos de flexibilização e demagogicamente se solidarizou com os metalúrgicos ameaçados de demissão.

Mais recentemente, o Ministro do Trabalho, Brizola Neto, do PDT, que comanda a Força Sindical, declarou que as demissões poderão ocorrer. E o governo nada poderá fazer porque a multinacional no cômputo geral abriu postos de trabalho em outras unidades. Está prevista uma reunião com o Ministério da Fazenda, na qual a GM apresentará o seu quadro geral de emprego. Lembremos que o diretor de relações institucionais da GM, Luiz Moan, na reunião de 25 de julho, não revelou os números das demissões já ocorridas e as pretendidas.

A manobra consiste em demonstrar ao governo que não está violando o acordo de isenção que abrangiu vários setores. Fará um balanço positivo do desempenho de outras unidades instaladas em outros estados. Responsabilizará o sindicato por não ter aceito no passado os planos de flexibilização do trabalho, como os ocorridos no ABC paulista. O ministro do Trabalho certamente já tem os dados e, assim, emitiu um parecer antecipado em favor da multinacional. Tudo indica que a reunião com o ministério da Fazenda não fará outra coisa senão apoiar os interesses da montadora norte-americana. A orientação geral do governo é de que a classe operária deve se ajustar às contingências da crise econômica. Não poderia ser outra, uma vez que o governo do PT é burguês.

A CUT e o sindicato metalúrgico do ABC se acham condicionados por essa diretriz. Para quem acompanha os passos do movimento sindical brasileiro esse desfecho em São José dos Campos não é surpreendente. Qualquer ponto de resistência à política de flexibilização do trabalho, ditada pela burguesia imperialista e seguida pela burocracia sindical internacional, é incompatível com o desenvolvimento da crise de superprodução. Para sustentá-lo, é preciso uma ação mais geral da classe operária em defesa dos empregos e dos salários. No entanto, a orientação dominante é a da burocracia social-democrata pró-imperialista, que se encastelou na CUT e que tem por viga mestra o sindicato metalúrgico do ABC.

A convergência entre o argumento de Luiz Moan e do presidente do sindicato metalúrgico do ABC de que a causa das demissões se encontra na ausência de um acordo de flexibilização demonstra perfeitamente que se trata não só de demitir, mas de responsabilizar uma política contrária à eliminação de

direitos trabalhistas.

É preciso rechaçar e denunciar perante a classe operária tanto a destruição de postos de trabalho quanto a investida dos defensores da flexibilização trabalhista. A campanha de defesa dos metalúrgicos de São José dos Campos não pode permanecer isolada na região. Politicamente, já foi generalizada pela GM, governo e burocracia cutista. Porém, se generalizou no âmbito das instituições burguesas (prefeito, ministério público e governo federal).

É necessário que a classe operária tome consciência de que o ataque da GM em São José dos Campos é parte de uma ofensiva geral sobre os empregos industriais, e logo mais em outros setores da economia. No ABC, as multinacionais também não cumpriram a contrapartida solicitada pela burocracia sindical de não demitir. A suspensão de 1500 metalúrgicos na Mercedes Benz por um período de 5 meses, o acordo de flexibilização imposto pela Volks por 5 anos e pela Scania até dezembro representam uma perda significativa para os trabalhadores e, sobretudo, um enfraquecimento político do sindicato perante as multinacionais.

Os dirigentes sindicais do ABC apresentam os acordos colaboracionistas como uma defesa dos empregos, quando na realidade constituem uma derrota trabalhista e política para a classe operária. Trata-se de uma derrota sem luta – uma capitulação. São José dos Campos comparece como a única trincheira de resistência às amplas medidas de flexibilização neoliberais. Esse enfrentamento depende da capacidade de sua direção ligada a CSP-Conlutas e ao PSTU de não subordinar os interesses dos metalúrgicos às decisões da Justiça e às manobras governamentais. Esse perigo existe, como foi demonstrado na reunião com o ministério Público.

Enfatizamos que a tarefa de romper o isolamento depende de organizar a ação direta na GM e levar a defesa do emprego aos centros operários do País. Para isso, é necessário defender um programa próprio perante a crise econômica e diante das medidas patronais de ataque aos postos de trabalho. Esse programa, por enquanto, não foi levantado pelos dirigentes sindicais e pelo PSTU.

Não se armou uma campanha pela estabilidade no emprego, escala móvel das horas de trabalho (redução da jornada sem reduzir os salários), controle operário da produção e abertura das contas dos capitalistas.

Não basta que o sindicato resista em assinar acordos de flexibilização. Isso é possível de sustentar até certo ponto numa determinada conjuntura econômica, mas não indefinidamente. É preciso penetrar no seio do proletariado o programa revolucionário e as bandeiras condizentes com a situação concreta.

Essa tarefa não tem sido realizada, como o demonstra a atitude do sindicato de propor soluções administrativas para a GM, em vez de propagandear e agitar as reivindicações transitórias que de fato levam o proletário a se defender pela ação coletiva contra os ataques capitalistas.

Nossa crítica deve potenciar o apoio revolucionário à resistência contra a flexibilização neoliberal e a luta pela preservação do trabalho e dos salários.

Rondônia

Escravização do trabalho na construção das hidrelétricas do Rio Madeira e a espoliação sobre os ribeirinhos

Depois das greves dos operários, aumentou a presença de policiais da Força Nacional de Segurança nas usinas, evidenciando o poder de repressão da Camargo Correa, da Odebrecht e das empresas terceirizadas, com a anuência do governo **Dilma/PT**. Os operários da maior obra do **PAC**, desde o seu início, vêm protagonizando greves combativas contra a exploração do trabalho, as condições dos alojamentos, refeitórios e pelas reivindicações particulares de visita aos familiares em outros estados.

Foram greves que surgiram à revelia das direções burocráticas do sindicato. As greves foram quebradas, apesar da disposição de luta dos operários, por meio das tais mesas de negociação. Os patrões, que contam com a polícia e a Força Nacional de Segurança, ainda têm como aliados os dirigentes sindicais conciliadores.

Desabafos de operários escravizados nas hidrelétricas de Santo Antonio e Jirau

Os técnicos das terceirizadas, que se empenham na derrubada da floresta para por de pé as obras das usinas e que são de confiança das empresas, denominam o **desmatamento** como **supressão vegetal**. Isso para confundir a população afetada diretamente pelas obras (ribeirinhos, indígenas e quilombolas).

Para os operários contratados pelas terceirizadas, as condições de trabalho são terríveis. Os operários contratados pela **Fox Minas Construtora**, por exemplo, passam o dia inteiro sem se alimentar. A empresa Intertecne, responsável pela segurança e andamento dos trabalhos na área, numa das fiscalizações sobre a alimentação, condenou formalmente a comida por se encontrar estragada. Mas, nada fez para alterar a situação. Ao contrário, usa táticas para ludibriar os operários e mantê-los submissos.

Depoimentos de operários confirmam que o trabalho é de escravo e que a alimentação no acampamento cheira mal. Dizem que as condições dos alojamentos são insuportáveis. A ventilação para suportar o imenso calor é pouca e que oito operários se amontoam em 4 beliches. Os banheiros são precários, geralmente alagados, os resíduos fecais expostos, portanto, sem nenhuma condição de uso.

Sobre a exploração do trabalho, os operários narram que a jornada de 8 horas é extremamente exautiva, que as horas-

extras, que são chamadas de produtividade, não são pagas (ficam nas promessas). Os operadores de máquinas e de motos serras, por não falarem quantos hectares de árvores saíram e nem quanto pagam por elas, se viram obrigados a pedir demissão por não suportarem os baixos salários e o não pagamento de horas extras. Confirmam que foram quase dois meses cujo pagamento destas horas não passou de promessas da **Elo Construtora**.

Famílias desabrigadas pela obra de Santo Antonio Energia

A partir do mês de janeiro, 175 famílias foram desalojadas de suas moradias devido aos deslizamentos de ribanceiras das margens do rio Madeira, decorrentes das obras da barragem de Santo Antônio. Depois de abertura de comportas das usinas, abriu-se uma fenda, cujo impacto atinge cerca de seis quilômetros de extensão. Após seis meses deste fato, 120 famílias do bairro Triângulo continuam sem moradias e abrigadas em hotéis e pousadas de Porto Velho (RO).

Em fevereiro, foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta (**TAC**) entre os Ministérios Públicos estadual e federal, o IBAMA, o IPHAN, o Município de Porto Velho, as Coordenadorias estadual e municipal de Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros Militar e a empresa Santo Antônio Energia S.A., construtora da usina. O **TAC** define obrigações dos órgãos públicos e da empresa referente às famílias atingidas, as ações de mitigação ambiental e a restauração de patrimônio histórico. Mas já se passaram seis meses e as famílias continuam sem moradia. O Movimento de Atingidos por Barragens (**MAB**), organizou um protesto em frente à sede da Santo Antônio Energia, concessionária da usina hidrelétrica, que está em construção no Rio Madeira. Concretamente, nada ficou resolvido.

A Corrente Proletária vem participando dessa luta e levantando as bandeiras:

1. A entrega imediata de casas a todas que perderam suas moradias;
2. Condições de vida e trabalho para os operários e ribeirinhos com salário mínimo vital, que nos nossos cálculos é de R\$ 4.000,00;
3. Unidade na luta dos explorados para enfrentar o inimigo comum: governos e patrões capitalistas.

Disputa eleitoreira se acirra em Fortaleza: esquerda mergulha no eleitoralismo

Dez candidatos concorrem às eleições para a prefeitura de Fortaleza. Neste quadro de disputa acirrada e divisões interburguesas, destaca-se a violenta ruptura entre PT (que controla a prefeitura) e PSB (que comanda o governo do estado). Após meses de discussões e troca de farpas públicas, Cid Gomes e Luizianne Lins romperam a aliança que mantinham desde

2006. A ala mais à direita do PT, com apoio de Dilma, queria um nome do partido que fosse palatável ao governador (como Nelson Martins ou Camilo Santana, traidores muito elogiados pela burguesia).

Luizianne impôs, ao contrário, um nome desconhecido (seu secretário de educação, Elmano Freitas), para continuar o

controle de sua tendência sobre a máquina municipal.

O PSB, na verdade, estava atento à grande rejeição de Luizianne, após duas gestões, e usou um pretexto qualquer para arriscar uma candidatura própria. Entre os inúmeros candidatos tradicionais da burguesia ou pró-burgueses, as pesquisas têm dado destaque a Moroni Torgan (DEM) e Inácio arruda (PCdoB). Segundo a mais recente pesquisa feita pela TV Verdes Mares/Ibope (30 de julho), os dois aparecem com respectivamente 32% e 15% das intenções de votos, seguidos de Heitor Ferrer (PDT), com 11%; Renato Roseno (PSOL), com 10%; Roberto Cláudio (PSB), com 8%; Marcos Cals (PSDB), com 6%; Elmano Freitas (PT), com 4% e Gonzaga (PSTU) e Valdeci Cunha (PRTB), com 1% cada.

A frente de esquerda saiu dividida. PSTU e PSOL acusaram um ao outro de ruptura nas negociações, enquanto o PCB saiu coligado ao PSol. As candidaturas e o programa expressam o eleitoralismo destas correntes. O POR chegou a lançar uma carta aberta a todas as correntes que se reivindicam da esquerda e do socialismo para a discussão, em plenária, acerca da formação de uma frente revolucionária nas eleições. Mais tarde chegou a protocolar convites formais ao PSTU, PCB, PSol, PCR e alguns sindicatos, mas não obteve resposta.

Londrina: Câmara de Vereadores cassa mandato do Prefeito Barboza Netto

Na noite de segunda-feira, dia 30 de julho, os vereadores de Londrina cassaram o mandato do Prefeito da cidade, Homero Barboza Netto (PDT). Concluiu-se dessa forma o processo que vinha se arrastando fazia já um ano, durante o qual a oposição colocou em diversas circunstâncias o Prefeito *contra as cordas*. O método foi sempre o das denúncias de corrupção e improbidades administrativas, das quais nenhum governante pode escapar. Agora que se aproximam as eleições municipais, no entanto, era preciso liquidar o expediente, pois, do contrário, este podia ganhar até no primeiro turno, segundo pesquisas de intenção de votos no início do ano.

Ao contrário da cassação do ex-prefeito Antonio Bellinati, que perdeu o mandato doze anos atrás, desta vez os partidos burgueses não conseguiram criar o clima de agitação popular. Pelo contrário, as massas assistiram apáticas ao desenrolar do drama, pois era evidente que se tratava de uma disputa interburguesa motivada por interesses puramente eleitorais. O grupo mais afoito para cassar o prefeito do PDT era o do PT, cuja candidatura tem um alto índice de rejeição, devido à lembrança dos oito anos de mandato do ex-prefeito Nedson Michelletti (PT). Outro setor que teve ativa e decisiva participação foi o PSDB, através do Ministério Público, que tem se notabilizado na cidade como o “paladino da moralidade” desde que sua luta favoreça o PSDB. Na cidade, o PSDB apoia um candidato do PP e suas chances foram imensamente aumentadas com a cassação do Prefeito.

Barboza Netto governou como todos os anteriores, fa-

O silêncio indicava que as ditas correntes de esquerda pretendiam chafurdar no lodo do eleitoralismo. Não tinham nenhum interesse em denunciar a farsa eleitoral burguesa, reforçar os métodos de luta próprios dos trabalhadores e convocar os explorados à luta sob a bandeira da revolução proletária. O PCR saiu atrás do candidato do PT, Elmano Freitas, o mesmo que pediu a ilegalidade da greve dos professores municipais em 2011. Assim também o fez o MCP (Movimento dos Conselhos Populares). PSTU e PSol, ao saírem divididos, cada um com candidato próprio, de modo algum expressavam uma divergência programática, mas, ao contrário, apenas cálculos eleitoreiros.

O POR cumpriu sua missão: convocou os que se reivindicam da esquerda para uma intervenção revolucionária nas eleições. Sua pouca penetração nos movimentos não permitiu estruturar uma parte dos explorados ao redor do programa trotskista e, na forma de frente revolucionária, denunciar o circo eleitoral (ditadura burguesa) e as disputas de quadrilhas pelo controle do estado. As correntes de esquerda que se afastaram dessa posição não têm como defender a independência de classe dos explorados nestas eleições; o POR, por isso, está obrigado a defender o voto nulo programático.

vorecendo as oligarquias locais e os grandes empresários e auferindo vantagens desse conluio, como todos os outros fizeram antes. Contudo, pelo fato de não representar nem uma oligarquia econômica importante da região ou da oligarquia política vinculada ao PT, aparecia como um intruso e, ainda, os seus desplantés de caudilho trabalhista à moda Brizola indicavam pretensões de vôos mais altos na política burguesa. No quadro da disputa eleitoral, estando na frente dos outros na preferência dos votos, era necessário abatê-lo. Foi abatido.

A imprensa burguesa e os partidos interessados apresentaram o episódio como mais uma demonstração de que na cidade vigora o zelo pela moralidade pública. Isso não passa de um embuste, pois quem cassou e foi cassado participa das mesmas negociatas e estão afundados até o pescoço na corrupção. Da mesma forma, a imprensa e os “intelectuais” que fabricam a ideologia da moralidade também participam das negociatas e recebem dinheiro dos empresários que comandam a vida política da cidade.

Foi muito significativa a ausência das massas na pressão política que os eternos defensores da moralidade alheia tentaram provocar. Indica que está aumentando a desilusão e o desencanto dos trabalhadores e a juventude com a política burguesa. Contudo, para que esta desilusão se transforme em ação política contra o regime burguês será necessária a confluência das lutas das massas com a política revolucionária do proletariado.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Bahia

PROIFES e APUB/UFBA aplicam novo golpe em suas bases

Como já havíamos denunciado na categoria e no Comando de Greve da UFBA, a direção do PROIFES e da APUB/UFBA estava preparando um golpe contra as suas bases, isto é, contra os professores das Instituições Federais de Ensino comandadas pela entidade governista. A consulta eletrônica anunciada pela direção do PROIFES sobre a proposta do governo Dilma Rousseff (PT) realizada via internet e sob total controle da burocracia é apenas a manifestação do golpe em curso.

Lembramos que o PROIFES foi resultado de uma ruptura oportunista e aparelhista dos setores governistas do Partido dos Trabalhadores (PT) com o Andes-SN. O PROIFES representa abertamente e sem escrúpulos as políticas e projetos dos governos petistas para a educação e a universidade, o que significa que representa a desnacionalização do ensino, o privilégio aos capitalistas da educação, a desagregação da universidade pública e os ataques aos servidores, professores e estudantes, profundamente atacados anos a fio.

O PROIFES aplica nas poucas entidades que dirige (UFC, UFG, UFMS, UFRN, UFRGS, UFSCAR, Instituto Federal do Paraná) no universo de 59 universidades em greve, uma política de colaboração com o Estado e governo federal contra os interesses coletivos da categoria e da educação. Sua base social é a burocracia universitária e setores conservadores dos professores, que não têm qualquer interesse nas questões educacionais e que não querem, de fato, participar do processo de discussão dos problemas que afetam a universidade.

Toda a experiência demonstra que o PROIFES mantém uma política de quebrar com as assembleias das bases, privilegiando os interesses burocráticos e elitistas, substituindo a participação direta e o debate de posições por instrumentos como referendo/plebiscito e consultas eletrônicas. É uma forma clara de desorganizar a categoria.

É com essa política que o PROIFES vem trabalhando obstinadamente para evitar a explosão dos descontentamentos das bases nacionalmente contra as condições de trabalho e estudo, e, no caso de poder evitar a greve, atuar sistematicamente para liquidá-la, o que faz passando por cima das decisões das assembleias da categoria de professores em todo o país, manipulando informações e a imprensa, utilizando o aparelho sindical e os recursos das entidades para bloquear a iniciativa das bases e fazer aprovar nas categorias as propostas rebaixadas do governo federal.

Excetuando a UFSCAR, que já saiu da greve e aceitou a proposta do governo, e a UFRN, que sequer aderiu ao movimento grevista, as direções das entidades ligadas ao PROIFES estão enfrentando um movimento oposicionista nascido das bases na UFBA, UFG, UFC, UFMS. Na UFRGS, a consulta também foi questionada. Para se ter a ideia da falta de representatividade do PROIFES, do seu autoritarismo e da profunda desmoralização frente a base

de professores, a entidade aplicou a consulta eletrônica em todas as universidades e, do total de quase 120.000 docentes em todo o país, só obtiveram apenas 5.222 votantes e pouco mais de 3.000 votos a favor da proposta do governo, o que representa pouco mais de 3% do universo de professores.

Trata-se de uma política claramente minoritária e que nada tem a ver com as necessidades do conjunto da categoria, mobilizada nacionalmente. Na Bahia, o PROIFES foi desautorizado pela assembleia dos professores e a diretoria teve de romper com o comando de greve, desacatando todas as decisões da assembleia, divulgando informações falsas e caluniosas contra a verdadeira direção do movimento, ou seja, o Comando de Greve.

Assembleia na UFBA rechaça proposta do governo Dilma (PT) e golpe do PROIFES/APUB

A assembleia dos docentes da UFBA contou com a participação de 225 que aprovaram a continuidade da greve com apenas 1 (um) voto contrário e duas (2) abstenções. Os docentes elaboraram e aprovaram uma contraproposta como subsídio ao comando nacional para a mesa de negociação. Os professores rechaçaram a conduta criminosa, antidemocrática do PROIFES que, na mesa de negociação, aceitou a proposta do governo e se dispôs a assinar o acordo com o governo federal, sem deliberação das assembleias.

Na UFBA, o Comando de Greve tem sofrido atitudes arbitrárias por parte da diretoria da APUB, que não respeita as decisões da assembleia, divulgando calúnias e mentiras na imprensa burguesa. As principais decisões tomadas pela assembleia foram:

- a) Rechaço à proposta do governo, continuação da greve e apresentação de uma contraproposta para subsidiar o Comando de greve nacional na negociação com o governo federal, levando em conta as reais necessidades da categoria, tendo como eixo a reestruturação da carreira, reajuste salarial real e melhorias nas condições de trabalho;
- b) Rechaço à posição do PROIFES e da APUB/UFBA, no sentido de que os mesmos não representam o movimento docente da UFBA, portando não podem negociar em nome da categoria;
- c) Moções de apoio aos professores da rede estadual em greve, aos operários demitidos ou sob ameaça de demissão pela GM e aos estudantes, que, nesse momento, ocupam a FAPEX;
- d) Realização de atos unificados com estudantes, servidores e demais categorias em greve na Bahia;
- e) Realização de Congressos dos docentes da UFBA no início de cada ano.

Essa é a resposta da base à direção pelega do PROIFES/APUB.

Estudantes da UFBA ocupam a FAPEX

No dia 25/07, os estudantes da Universidade Federal da Bahia (UFBA) ocuparam a Fundação de Apoio a Pesquisa e Extensão (FAPEX), que administra os recursos da UFBA mediante os convênios e projetos. Há fortes denúncias contra essa fundação de superfaturamentos e outros desvios.

As fundações privadas de apoio se mantêm com os acordos firmados através da parceria público-privada, ferindo de morte a já debilitada autonomia universitária. A partir dessas parcerias, as universidades reforçam seus vínculos com as leis do mercado, produzindo pesquisas e atividades extensionistas com vistas à eficiência e para atender aos interesses e demandas capitalistas, com pautas utilitaristas e de caráter instrumental dentro da lógica funcionalista do capital. Essas fundações são incentivadas pelo Estado que tem repassado estratosféricos recursos públicos para gestão de projetos.

A ocupação ocorreu no mesmo dia e horário da assembleia dos docentes, assembleia que rejeitou pela segunda vez a proposta do governo e decidiu pela continuação da greve. Na ocasião, os estudantes arrecadaram recursos na assembleia para a manutenção da ação direta da ocupação. Os estudantes armaram suas barracas e organizaram as tarefas políticas e organizativas. Elaboraram uma programação de debates e oficinas, tais como discutir sobre fundações, universidade e outros temas candentes a atual conjuntura.

Após a assembleia dos docentes, um conjunto de professores, particularmente os integrantes do comando de greve dos professores da UFBA, se dirigiram à FAPEX e mostraram apoio a luta dos estudantes. A militância porista fez uma fala em apoio à ação dos estudantes, falou da importância e necessidade da ação direta, que acontece em meio a um proces-

so brutal de criminalização e ofensiva das forças reacionárias, com a conivência dos reformistas, como ocorreu na USP e na Unifesp, e pode se expandir a todas as universidades públicas do país. Devemos responder com os métodos revolucionários. Em sua fala, nossa militância fez uma diferença entre a violência reacionária do Estado, dos governos, dos aparatos repressivos (política, exército etc), consentida e aceita pela sociedade capitalista, e a violência revolucionária, método próprio da luta dos trabalhadores.

Os setores em greve no estado da Bahia têm se organizado no sentido de construir um ato unificado no dia 31 de julho em apoio aos movimentos grevistas. Os governos de plantão (Dilma Rousseff e Jaques Wagner) querem descarregar o ônus da crise nos ombros dos trabalhadores, desmontando o serviço público e em contrapartida salvar as frações capitalistas atingidas pela crise estrutural do capital, alegando que nos países da Europa estão retirando os direitos e no Brasil queremos ampliação deles.

O Partido Operário Revolucionário (POR), através da Corrente Proletária na Educação (CPE), defende a unidade dos setores da universidade em greve com os professores da rede estadual de ensino e a realização de atos unificados, de modo que temos participado de reuniões dos três setores da UFBA. Defendemos a política proletária para a educação, que significa colocar-se na defesa da educação pública, gratuita, laica e vinculada à produção social, além da estatização do ensino privado, sob controle de quem estuda e trabalha. **Todo apoio à luta dos estudantes e à ocupação da FAPEX! Todo apoio à luta dos trabalhadores da educação, em greve nas Universidades Federais e na rede estadual de ensino!**

Greve do DNPM: Dilma Rousseff (PT) impõe corte de ponto aos servidores federais

Os servidores do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), junto às Agências Reguladoras Federais, caminham para a sua quarta semana de greve. Desde antes do movimento grevista, quando ainda cumpriam calendário de mobilização com operação padrão, o governo federal já ameaçava os servidores com o Comunicado Geral 552047, de 09 de julho, do Ministério do Planejamento, orientando o corte de ponto dos servidores em greve.

No dia 20 de julho de 2012, o Ministério do Planejamento reforçou suas ameaças com o Comunicado 552416, orientando corte sumário de ponto dos servidores grevistas. Os servidores do DNPM e demais Agências, além das demais categorias em greve, não se intimidaram e intensificaram o movimento. No dia 24 de julho, a presidente Dilma Rousseff publica o decreto 7.777, substituindo os servi-



dores federais em greve por servidores dos Estados e Municípios. Este último decreto, símbolo da intransigência e autoritarismo do governo Dilma, atinge principalmente os servidores da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e os servidores portuários da Receita Federal.

À medida que o governo enrijece o tratamento dado aos servidores públicos federais em greve, o movimento paretista se fortalece. Os servidores do DNPM e demais Agências Reguladoras em todo o país estão fortemente mobilizados e, em particular na Bahia, organizaram atos públicos e manifestações nos dias 18, 24, 26, 27, 30 e 31 de julho no porto, aeroporto, rodoviária e no centro de Salvador.

O governo federal não consegue mais omitir o seu caráter de classe burguês e se distancia de seu ornamento reformista,

e as diversas categorias unem-se em movimentos conjuntos. Os atos públicos e passeatas acontecem com a participação de, além dos servidores do DNPM e Agências Reguladoras, servidores do INCRA, da Receita Federal, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), dos previdenciários e dos professores e técnicos da Educação Federal. Na passeata ocorrida no dia 31 de julho, durante Ato Nacional Unificado dos Servidores Públicos Federais, protestaram e desfilaram juntas as centrais CUT e CSP-Conlutas.

No dia 30 de julho, o Ministério do Planejamento emitiu comunicado às centrais sindicais suspendendo todas as mesas de negociação e postergando-as para a semana de 13 a 17 de agosto. Até o momento, os servidores não obtiveram do governo federal qualquer proposta enquanto, por outro lado, este se senta prontamente para negociar com o setor automobilístico multinacional - demissionário - e lhe apresentar propostas. Na Bahia, ainda, depois de 113 dias de greve da educação básica sem negociação alguma por parte do governo estadual, os professores viram nessa semana o governador Jacques Wagner correr à Brasília em socorro da prometida montadora chinesa JAC Motors.

Na luta diária desse movimento grevista, no enfrentamento diário com o governo federal e no contato com os problemas específicos do funcionalismo público federal, os servidores começam a perceber que não estão em luta apenas pelas pautas específicas de seus órgãos e carreiras. O governo federal burguês e pró-imperialista age em bloco contra o conjunto do fun-

Bahia

Greve dos professores da rede estadual da Bahia chega ao fim

Na assembléia de 01 de agosto, diante das pressões gigantescas, a categoria aprovou uma pauta mínima que inclui: a) nenhum tipo de punição contra os grevistas e a APLB; b) reintegração de todos os professores demitidos da Reda e PST durante o movimento grevista; c) retirada dos processos administrativos instaurados contra os professores em estágio probatório; d) retirada dos processos judiciais contra APLB-sindicato; e) devolução imediata dos quatro meses de salários retidos pelo governo. A proposta foi encaminhada ao governo.

Em assembléia no Colégio Central de Salvador, realizada em 3 de agosto, os professores da rede estadual de ensino da Bahia decidiram pela suspensão da greve. Segundo nota da diretoria da APLB, sindicato dirigido pelo PCdoB e filiado à CTB, a categoria passa à condição de estado de greve até que as reivindicações sejam atendidas. Na prática, significa na verdade o fim do movimento grevista, que durou 115 dias, tendo iniciado em 11 de abril. Os professores resistiram heroicamente diante das ameaças, corte de pontos, suspensão de salários, decretação de ilegalidade da greve pela Justiça e pelo Governo de Jaques Wagner (PT).

O governo petista de Wagner entra para a história política

cionalismo público e contra todos os demais explorados. Imputa-lhe a responsabilidade da crise econômica internacional, como o fez quando atribuiu a responsabilidade do “rombo” da previdência ao funcionalismo público federal e lhe retirou neste ano o direito à aposentadoria integral.

Novamente, a crise volta a ser responsabilidade dos servidores quando, após anos sem correção salarial, algumas categorias sem qualquer estrutura de carreira, órgãos com estrutura inóspita e mesmo condenados pela Defesa Civil, estes, segundo reiterados comentários dos senhores ministros, devem “ter mais maturidade” para carregar sobre os seus ombros o peso da crise econômica internacional financiada por este governo.

Perante todos os ataques que sofre o funcionalismo público federal e contra a escalada de perdas de direitos impostos pelos sucessivos governos burgueses no poder do Estado, cabe nesse momento aos servidores se unirem em torno da defesa irrestrita do direito de greve. O governo Dilma Rousseff pretende tratar esse movimento grevista de maneira exemplar e sufocar o direito de organização e manifestação dos servidores e demais trabalhadores. O Partido Operário Revolucionário sempre intervém em defesa do direito de greve e dos métodos de ação direta, como no ato unificado dos servidores federais do dia 31 de julho, em Salvador, pois é no enfrentamento direto com as forças do Estado, do governo burguês e dos patrões que o funcionalismo público perderá as ilusões e avançarão na consciência, na organização e na ação direta. Em defesa do direito irrestrito de greve!



da Bahia como um dos governos que mais utilizou a máquina do Estado e da justiça burguesa para liquidar greves, como já havia acontecido com o movimento grevista dos policiais e agora se repete com os professores. A podridão do Partido dos Trabalhadores (PT) chegou a um nível intolerável para parte de sua militância que ainda se considera solidária à luta dos trabalhadores. Trata-se de um partido que abraçou a ferro e a fogo a defesa da propriedade privada dos meios de produção e os interesses dos capitalistas do país e da Bahia. O governo manipulou a imprensa com os recursos estatais para criar uma opinião pública desfavorável aos grevistas, com mentiras e calúnias contra a categoria mobilizada.

A responsabilidade do PCdoB por impasses do movimento grevista não é menor. Os estalinistas são da base do governo Wagner e compõem a coligação para as eleições para prefeito. O PCdoB pressionou a todo momento a direção do movimento grevista a encerrar a greve e a não desgastar a imagem do governo, tendo em vista a repercussão eleitoral. Não contavam, porém, com o fato da categoria estar radicalizada em face dos atos e ameaças perpetradas pelo governo petista. O PCdoB, tal como PT, carregam em suas bandeiras a mácula de se tornarem apêndices do Estado burguês contra os trabalhadores.

Governo e imprensa pressionam pelo fim da greve dos professores da rede estadual

Nos últimos dias, a imprensa e o governo pressionaram de forma exaustiva os professores em greve, inclusive com denúncias sensacionalistas, como, por exemplo, que uma professora teria cometido uma agressão moral contra uma funcionária do setor de limpeza da Assembleia Legislativa e que os professores estavam atrapalhando o funcionamento do poder legislativo com a ocupação do prédio. O propósito é evidentemente desgastar o movimento grevista e produzir uma opinião pública desfavorável à luta dos professores.

No dia 18/07, a APLB entregou uma contraproposta ao Ministério Público da Bahia, que inicialmente havia anunciado não mais mediar o movimento grevista entre a categoria e governo, após ter apresentado uma proposta no dia 12/07 e ter sido rejeitada pelos professores. Entretanto, a APLB solicitou que o MP continuasse como intermediário nas negociações. A contraproposta foi aprovada em assembleia geral realizada no dia 18/07 contendo os seguintes pontos:

1. Readmitir os demitidos contratados em regime de Reda e PST e anulação dos processos administrativos e disciplinares instaurados contra os professores em estágio probatório e REDA;
2. Além dos reajustes salariais concedidos à categoria esse ano, conceder a todos (as), os (as) professores (as) 7,26% e 7,00% do ano de 2012 retroativos a janeiro de 2012;
3. Revogar a lei 12.578/2012;
4. Construir uma comissão paritária com a participação da secretaria de educação e de representantes da APLB-sindicato para reestruturação da Carreira e do Magistério, visando sua valorização, respeitando a legislação vigente no país;
5. Pagar de imediato os vencimentos suspensos da categoria;
6. Normalizar imediatamente o repasse das contribuições sindicais da APLB, inclusive os atrasados e retirar todos os processos contra a entidade;
7. Revogação do parágrafo 3º e do artigo 6º e reformulação do artigo 1º da lei 12364 de novembro de 2011;
8. Qualquer reajuste linear concedido aos servidores públicos contemplará os professores;
9. Os reajustes salariais de todos (as) os professores (as) serão de acordo com o índice do Piso Salarial nacional, respeitando percentual e data estabelecidos.

Sendo aceitos pelo governo, caberia ao sindicato encaminhar imediatamente para assembleia geral da categoria a suspensão de todo o movimento reivindicatório. Cumprir-se-á o calendário de reposição de aula. Eis os termos do acordo proposto pela direção sindical. A APLB fez um balanço da greve que já ultrapassou 100 dias, afirmando que a categoria apresenta capacidade de resistência aos ataques desferidos pelo governo de confisco dos salários há mais três meses e que a inviabilidade do ano letivo será de total responsabilidade do governo. Da região nordeste, a Bahia é o estado que mais recebe recursos do Fundeb.

Justiça determina desocupação da Assembleia legislativa

Desde o dia 18 de abril, os professores ocuparam o prédio da Assembleia Legislativa, resistindo às pressões e ameaças por parte do governo e do legislativo. No dia 16/07 o governo determinou o corte de água e luz para os grevistas e havia ameaçado a reintegração de posse. Os professores estavam acampados na Assembleia legislativa (AL) há mais de 100 dias e a justiça determinou a saída do local. De acordo com a determinação, os grevistas deviam deixar o saguão às 14h do dia 20/07, a APLB não colocou qualquer resistência e disse que a decisão seria cumprida.

A base não ficou satisfeita com a postura da direção do sindicato, foram desferidas vaias à direção pela postura passiva frente ao golpe

de Wagner e da justiça contra os professores. No mesmo dia foi realizada uma assembleia que decidiu pela continuidade da greve.



No dia 24/07 ocorreu uma nova assembleia no Colégio Central

A assembleia do dia 24/07 decidiu pela continuidade da greve, após a assembleia, houve uma caminhada até a praça do campo grande, onde foi deliberado por um calendário de atividade, com reuniões nas zonais e um ato no dia 26/07 na Praça da Piedade, além de uma nova assembleia para o dia 27/07.

A assembleia realizada no dia 27/07 decidiu pela continuidade da greve

Após as reuniões ocorridas nas zonais, houve uma nova assembleia que decidiu pela continuidade da greve, e em seguida os professores realizaram uma marcha até a arena fonte nova.

Mais uma vez, a APLB explica a população e aos professores sobre o andamento do processo de reclamação constitucional nº 13807 protocolada no supremo tribunal de justiça, devido a veiculação de uma matéria mentirosa. O tribunal de justiça da Bahia tem atropelado a lei de greve e adotado medidas criminalizadoras contra o sindicato, bloqueando suas contas.

Em assembleia no dia 01/08, no colégio central, os professores apresentaram 5 pontos e decidiram pela continuidade da greve

Na assembleia do dia 01/08 foi aprovada uma pauta já protocolada na SAEB, SEC e Governadoria com 5 pontos a saber:

- 1- Nenhum tipo de punição aos professores e a APLB-Sindicato
 - Reintegração dos professores demitidos do Reda e PST durante o movimento grevista;
 - Retirada dos processos administrativos para os professores em estágio probatórios;
- 2- Retirada dos processos judiciais contra a APLB-Sindicato
- 3- Devolução imediata dos 4 (quatro) meses de salários retidos num prazo máximo de 5 dias
- 4- Devolução imediata das contribuições da APLB
- 5- Abertura da mesa de negociação imediata.

Foi marcada uma nova assembleia para o dia 03/08 no colégio central, em que se decidirá pela continuidade ou não do movimento grevista, a depender da aceitação ou não da nova proposta pelo governo. As pressões aumentaram ainda mais na imprensa, sendo que o PCdoB, que dirige a APLB, é parte da coligação com PT para a Prefeitura de Salvador nas eleições deste ano. Por isso, trabalham para por fim à greve.

Unifesp/Guarulhos

Negociação: Fim dos processos como prioridade para negociar com a reitoria e o governo/PT

O movimento da Unifesp de Guarulhos deve ter como condicionante para a negociação com a reitoria/governo o fim dos processos aos estudantes que estão lutando em defesa da universidade pública. Nosso movimento será derrotado caso aceite qualquer proposta do governo em que não esteja incluído o fim dos processos. A defesa dos que estão lutando pela real universidade não pode ser separada dessa mesma luta. É nosso dever defender os métodos de luta e o direito a livre organização e manifestação, pois a punição de nossos companheiros significará um profundo golpe na democracia estudantil e seus métodos de luta (greve, atos, passeatas, piquetes, ocupação) pelo autoritarismo daqueles que são os responsáveis pelas mazelas que vivemos desde o dia em que esta universidade foi fundada.

Não podemos ceder nesse ponto. Os demais itens de nossa pauta devem estar condicionados à liberdade de nossos processados. Ao alcançarmos essa vitória, temos de ter em mente que o governo deve nos dar garantias do cumprimento do que nos é prometido. Não podemos nos render diante de palavras. Que o governo retire todos os processos aos estudantes e inicie imediatamente a construção do prédio definitivo, da moradia estudantil, creche e a construção de um restaurante universitário de alvenaria, e que o transporte à universidade seja acessível a todos.

O movimento deve fortalecer os GT's para se armar diante das manobras da reitoria

Os Grupos de Trabalho devem ser fortalecidos com o objetivo de construir uma contraproposta para responder às manobras da reitoria, que fez algumas promessas aos estudantes, mas que até agora não mostra sinais de que estão sendo cumpridas. Essa resposta é uma necessidade para que o movimento se fortaleça, para comparecer diante dos demais estudantes desconstruindo as possíveis ilusões no que a burocracia oferece. O movimento deve ficar muito atento às comissões cujo caráter não é elaborar uma contraproposta, e sim discutir a viabilidade das propostas da reitoria. Elas são uma armadilha para por fim à greve dos estudantes.

A reitoria apresentou na negociação praticamente as mesmas "propostas" que tinha desde antes da greve. Só as maquiou para apresentá-las aos estudantes como concessões. Seu objetivo é ganhar a simpatia das bases estudantis à proposta de fim da greve. O Comando de greve tem a tarefa de responder à farsa montada pela reitoria, mostrando às bases que não há nenhuma garantia de cumprimento das necessidades

estruturais exigidas pelos estudantes, e ainda permanece a repressão ao movimento. Daí a necessidade de continuar a luta.

Termo compactuado: ataque ao direito de livre organização e manifestação

Que nenhum estudante assine o termo compactuado. Trata-se de um ataque ao direito de livre organização e manifestação. Há uma forte pressão por parte da burocracia acadêmica e de um grupo de professores para criminalizar e prender o movimento numa camisa de força, tentando torná-lo cordeiro aos desmandos dessa casta corrupta. O movimento deve responder com mais ação, mantendo a greve até que todas as reivindicações sejam atendidas, e não se dobrar diante dessa minoria que só consegue exercer o seu poder por meio da violência reacionária.

Questão jurídica: o movimento deve se defender pela ação direta

O movimento não pode ficar refém da via legal e sim sustentá-la pela força da mobilização. A justiça é burguesa, e seu papel é condenar e reprimir aqueles que ferem os interesses da classe dominante, como os estudantes da Unifesp de Guarulhos que, ao defenderem a universidade pública, se chocam com os interesses dos capitalistas da educação. A força do movimento nas ruas é o motor da defesa dos lutadores, que vencerá as impunidades da justiça de classe.

Que o PSTU, direção da Conlutas, se pronuncie por que estão cobrando R\$3.500,00 dos estudantes para a defesa dos processados. Que esta central Sindical arque com os honorários dos advogados, em solidariedade à luta desses aguerridos militantes. A exemplo da USP, os mais de 100 processados não estão gastando um centavo com a defesa, pois há uma comoção de professores e Sindicatos como o Sintusp.

Aquira com o distribuidor deste jornal:



Delação: A unidade real não se dará diante de um ato criminoso

A unidade real entre estudantes e professores não existirá de fato enquanto a suposta delação dos estudantes presos por professores em 14/06 não for resolvida. Na luta contra o Estado e sua política privatista não pode haver dúvidas quanto ao posicionamento político de nossos companheiros. O Comando deve investigar se de fato houve a delação por parte de um grupo de professores e, caso seja comprovada, cobrar da Adunifesp um posicionamento a respeito, pois a unidade não se realizará diante da omissão que encobre um ato criminoso.

Movimento Estudantil de Letras posterga criação de um novo estatuto para a Executiva Fazer da ExNEL um instrumento de luta dos estudantes!

De 22 a 28 de julho, foi realizado em Florianópolis/SC o XXIII Encontro Nacional dos Estudantes de Letras (ENEL). Em mais uma edição do encontro, o debate político ficou secundarizado, com apenas um grupo de discussão da crise econômica mundial e um outro grupo da greve nacional das federais. O encontro festivo, turístico e despolitizado não cumpriu a tarefa de criar um novo estatuto com base na discussão política das bandeiras de luta da Executiva Nacional dos Estudantes de Letras. A primeira bandeira “contra as políticas implantadas pelo REUNI” expressa a resistência dos estudantes ao programa mercantilista do governo petista para o ensino superior brasileiro. Desde 2007, ano de início do projeto, ocorreram diversas greves e ocupações de reitorias. No entanto, existe o problema de direção política que se arrasta há alguns anos na Executiva, tal problema está ligado também à forma de eleição da direção da entidade, realizada por delegado sem apresentação de propostas políticas, ou seja, não há uma chapa com programa e pessoas que o coloquem em prática como acontece em diversas entidades.

Das correntes presentes que se posicionaram, a Corrente Proletária Estudantil/POR fez a defesa da criação de um novo estatuto com base nas bandeiras de luta da Executiva para torná-la uma ferramenta de combate às políticas governamentais de mercantilização do ensino público. Denunciamos nas plenárias o encontro despolitizado, a estrutura de composição da nova diretoria por delegados que favorece ao oportunismo político do PT. Mais uma vez, algumas correntes do PSol argumentaram que antes de ser alterado o estatuto da entidade o mesmo deveria ser discutido na “base”. Nenhuma divergência quanto a discutir o documento entre os estudantes, ocorre que o mesmo argumento foi utilizado pelo PSol em encontros anteriores. Um encontro que reuniu CAs de todo o Brasil e cerca de 1500 estudantes de letras não é representativo? Estudantes independentes da USP fizeram o mesmo questionamento e juntamente com a Corrente Proletária Estudantil denunciaram as manobras que evitaram a discussão do estatuto para prevalecer a forma indicativa de eleger a direção da ExNEL.

Conjuntura Nacional

O debate de conjuntura nacional se limitou a discutir a greve nas universidades federais colocando a intransigência do governo Dilma/PT, por não atender à pauta de reivindicação dos professores e de não negociar com o comando da greve estudantil.

Os informes das universidades presentes evidenciaram a essência do Reuni de mercantilizar e precarizar a universidade pública. Fizemos os informes políticos da UNIFESP Guarulhos em greve há mais de quatro meses com uma pauta reivindicatória de infraestrutura universitária e permanência estudantil. Sobre tudo os estudantes da Universidade Federal de São Paulo lutam em defesa do ensino público. Denunciamos o autoritarismo da burocracia acadêmica, as invasões da universidade



pela polícia militar, as prisões de estudantes e intensificamos a campanha contra os processos políticos aos lutadores perseguidos pela Reitoria e o governo Dilma.

O grupo de discussão também colocou as políticas do governo Dilma de favorecimento às instituições privadas. Destacamos a coexistência do ensino público com o privado, que favorece os capitalistas da educação. As políticas privatizantes do governo, como fundações, PROUNI, FIES etc., estão voltadas a cumprir este objetivo. Defendemos a necessidade de lutar por um único sistema de ensino, estatal, laico, autônomo e vinculado à produção social; no entanto, os problemas surgidos na plenária final inviabilizaram realizar amplamente a discussão da expropriação da rede privada, sem indenização aos capitalistas e criação de um sistema único de ensino para combater a mercantilização.

O POR se empenhou na realização do Ato da Greve em defesa da Educação Pública, apontando a necessidade de unificação das lutas dos três setores para derrotar as medidas governamentais de corte de verbas e de arrocho salarial. O governo Dilma, diante da crise econômica mundial, está obrigado a atacar os direitos dos trabalhadores e da juventude. Diferentes de encontros em anos anteriores, a conjuntura internacional foi menos discutida neste ENEL, fato muito grave num momento em que a crise se aprofunda no Brasil com o a redução do PIB, alta do desemprego, aumento da pobreza etc.

Continua pendente a tarefa de criar no movimento estudantil uma direção revolucionária que lance mão de um programa proletário, não somente para educação, mas, para toda a sociedade em defesa dos interesses da maioria explorada e oprimida. A universidade de classe expressa todas as formas discriminatórias socialmente impostas pela ideologia burguesa. Uma nova universidade será fruto da sociedade socialista. O programa reformista burguês não propõe a transformação social, conserva a sociedade capitalista responsável pela barbárie. É tarefa da juventude organizada no movimento estudantil estabelecer aliança com a classe operária e demais trabalhadores oprimidos para lutar pelo fim do capitalismo em decomposição.

Balanço ENESS 2012

Ocorreu entre os dias 15 a 20 de julho, em João Pessoa/PB, o XXXIV ENESS – Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social. A Corrente Proletária Estudantil / POR, esteve presente e atuou entre os estudantes em defesa do programa proletário na educação que entra em choque com a política privatista do governo burguês. Em total oposição a esta política, avaliou que o evento, de estrutura burocratizada, se isolou em torno de bandeiras reformistas e ilusórias, expressando a adaptação do movimento estudantil à política burguesa. Também no movimento estudantil se manifestou o drama da crise de direção revolucionária, bloqueando a energia e combatividade da juventude por trás de bandeiras reformistas.

Desde o primeiro dia de evento, a substituição dos espaços de disputa política por disputas administrativas e organizativas foi protagonizada pelas correntes presentes. Depois de uma disputa quase interminável sobre o credenciamento do evento, promovido pela Anel, e de várias outras a respeito do formato das eleições e da própria organização do evento, **não se viu a direção propiciar espaços de discussão política dos estudantes, anulando vários grupos de discussão, valorizando** espaços festivos no mesmo momento das atividades políticas de debate, fora admitir a venda de bebidas no plenário nos mesmos dias das eleições e das deliberações.

O movimento estudantil de serviço social mostrou que está enterrado em profundo corporativismo. Este processo se identifica com a vinculação exagerada do ME ao projeto ético político da profissão (PEP), mostrando o colaboracionismo e subserviência com as grandes burocracias que representam a classe (Conselhos Federais e Regionais e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social). Estas defendem a fraude de identificar a ciência marxista da revolução proletária com as linhas reformistas do código de ética, lei de regulamentação da profissão e projeto pedagógico curricular. Tal proximidade se deu, por exemplo, no debate sobre o Enade (dentro do eixo de formação profissional e não de movimento estudantil) em que os estudantes, devido à repressão promovida pelo governo à ação política de boicote, defenderam o fim do boicote (postura da maioria das escolas particulares presentes), acatando as orientações de professores e representantes da burocracia profissional.

A Anel, durante o evento todo, denunciava a repressão na UnB, onde estudantes perderam bolsas estágio, por conta do boicote, e nenhuma atitude foi tomada pela direção da Enesso. Porém, na hora de defender a continuação da ação política do boicote, se alinharam à política reformista dos outros estudantes, reforçando o medo no enfrentamento combativo às políticas privatistas. JCA, PSol, entre outros, também reforçaram a covardia e adaptação às políticas privatistas do governo. Somente a *Corrente Proletária* defendeu a manutenção da orientação do boicote pela importância de não legitimar em nenhum momento esta prova, porém a proposta foi derrotada. Em 2013, os estudantes de serviço

social deverão retomar a luta contra o ENADE e superar a política de adaptação de suas direções.

Um grave equívoco foi a separação entre estudantes de escolas públicas e privadas sob o argumento estúpido que seria “mais produtivo” o debate em separado. No final, juntaram com um gesto quase místico as propostas de cada grupo, sem debate, afastando-se ainda mais da solução programática de estatização sem indenização de toda a rede privada de ensino: programa unitário dos estudantes.

Outro aspecto do isolamento foi a proposta divisionista da Anel de retirar do estatuto do Eness de 2010 o artigo que reconhecia a UNE como instância de representação estudantil, se atrelando unicamente ao FENEX (fórum de executivas de curso), favorecendo a suposta ‘alternativa’ da ANEL, colocando o mesmo peso de uma entidade nacional num fórum de curso, que não organiza nada e, pior, divide novamente os estudantes direcionando para mais um aparelho partidário. A Corrente Proletária levantou a questão da necessidade de retomar a luta dentro da UNE constituindo a fração revolucionária que varra a burocracia (direção estalinista do PCdoB/ PT) e recupere a luta dentro da UNE. Diante desta defesa, os prestistas se juntaram com a Anel para caracterizar oportunamente a direção da UNE como governista. Após a defesa das propostas, foram derrotados, e passou a proposta da CPE, com o chororô da ANEL de que estaríamos rasgando o Estatuto do ENESS. Avaliamos, porém, que é no próximo ano que esta batalha deve ser forte, pois no ano de revisão estatutária este debate virá com força.

A direção eleita:

Com a tentativa frustrada da ANEL de montar uma chapa em cima de picuinhas organizativas sem criticar claramente a política ilusória da “universidade popular”, nem a do Levante/Consulta Popular alinhada com o PT, montou-se uma chapa única - “nenhum passo atrás” - que não é mais do que a repetição da política pró-governo com o enfeite da “universidade popular”. A chapa deixou claro no debate que terão uma política pacífica contra o Prouni, e Enade, pois, segundo eles, a “realidade das escolas públicas e das particulares é bem diferente”, escancarando sua orientação colaboracionista. Também teve muita repercussão a defesa das lutas contra as opressões, ocupando mais espaço do que a luta pela educação para todos.

A ideia de que a produção de conhecimento ajudaria a melhorar as condições de vida do povo dentro do capitalismo (dentro da escola de classe, portanto) é tão reformista que nem incomoda aos governistas do PT, que até votaram na aprovação da chapa junto com o PSol/ Barricadas e Levante Popular. A demagogia do “popular” e a defesa da “qualidade” servem para uma coisa apenas: abarcar e aproximar todos os reformistas, reforçando o atraso do movimento estudantil e o afastando da luta de classe.

Só pode haver democracia universitária com a real autonomia universitária

Trecho da Tese da Corrente Proletária Estudantil e independentes ao XI Congresso de Estudantes da USP

Como lutar pela democracia universitária

a) Universidade de classe

Vivemos em uma sociedade de classe, em que a maioria assalariada é explorada pelos detentores dos meios de produção (burguesia). A universidade reflete as contradições dessa sociedade, sofrendo ora a intervenção direta, através dos mecanismos de controle estatal, como a legislação, a polícia etc.; ora indireta, com uma estrutura de poder moldada para atender aos interesses gerais da classe dominante.

Uma minoria de professores titulares detém o poder da universidade, aplicando a política do Estado em seu interior, de acordo com os anseios da classe dominante. Disso resulta a caracterização de que a universidade não é autônoma, apesar da casta burocrática possuir algumas limitadas prerrogativas enquanto camada privilegiada.

Na USP, a escolha do reitor é feita pelo governador a partir de uma lista tríplice indicada pela burocracia (Rodas, em particular, foi indicado por José Serra/PSDB), a FIESP tem participação direta no Conselho Universitário (CO), assim como o agronegócio e a federação do comércio. Apesar dos qualificativos costumeiros, como de “centro de excelência”, o que vemos é uma produção de conhecimento atrelada à lógica do mercado e não às necessidades gerais da população.

Cresce a cada dia a privatização “por dentro” nas públicas, através de fundações de direito privado e da terceirização. A criação de patentes é um exemplo, já que mobiliza pesquisadores, fazendo uso do patrimônio público, para no final produzir um conhecimento que permanece sob controle privado. O novo regimento da pós-graduação da USP segue a mesma orientação mercadológica, com um viés tecnicista e profissionalizante, favorecendo a infiltração de demandas empresariais em detrimento da livre investigação científica.

A estrutura autoritária, então, coloca-se como uma necessidade da burocracia universitária para preservar sua posição enquanto agente dos governos e da burguesia. É certo também que ela tenta mascarar sua real função, como se dirigisse a universidade de forma autônoma e de acordo com critérios técnicos, tudo fundamentado pelo discurso da meritocracia. Porém, nenhuma reforma é capaz de mudar sua essência, ou seja, não é possível “democratizar” uma estrutura erguida com o fim de submeter a maioria à minoria.

O autoritarismo tem diversas faces, desde medidas de controle do acesso aos campi até a violência física (a exemplo da utilização da polícia para dissolver manifestações), passando pelos processos criminais e administrativos - que têm conduzido à eliminações e demissões dos lutadores. Com isso, Rodas busca acabar com os movimentos de resistência à sua política elitista e privatista.

O SINTUSP (sindicato dos trabalhadores da USP) está com toda sua diretoria ameaçada por lutar contra a precarização do trabalho (arrocho salarial, terceirização etc.). São vítimas de processos políticos que visam à demissão por justa causa. Membros da direção da Adusp (sindicato docente) estão sendo perseguidos politicamente por denunciarem o mal uso do dinheiro público pela burocracia universitária.

O mesmo vem acontecendo com os estudantes. Há processos referentes às ocupações da reitoria de 2007 e 2011 e da moradia retomada. São reprimidos por defenderem a permanência estudantil, contra a presença da PM no campus e contra os processos que se acumulam a

cada levante. Oito já foram eliminados e mais de 50 estão na mira.

b) A “democratização” da universidade

A direção do DCE convocou o XI Congresso de Estudantes sob o tema “Democracia na USP”. Esforça-se por comparecer diante de sua base como expressão de uma política de esquerda, capaz de provocar mudanças na universidade em favor da maioria. Para isso, propõe discutir duas bandeiras centrais: uma estatuinte livre e soberana e eleições diretas para reitor.

O tema da “democracia”, entretanto, é colocado em oposição às bandeiras e métodos de luta levantados pelos estudantes no final de 2011 (contra a PM no campus, contra os processos políticos e pela saída do reitor autoritário). Assim, o chamado “congresso temático” está sendo organizado ao redor de uma política distracionista, oposta na prática às bandeiras e métodos de luta do movimento real.

A USP preserva uma série de aspectos da estrutura de poder criada pela ditadura militar, que estão traduzidos em seus estatutos (reformados em 1988) e no seu regimento disciplinar (preservado mesmo depois disso). O que não quer dizer que a convocação de uma estatuinte seja a resposta correspondente. Na verdade, a única estatuinte possível hoje seria realizada sob Rodas, sob a burocracia universitária e a PM, o que certamente nos colocaria em situação pior.

A abertura de uma estatuinte não teria como levar à real democracia universitária, pois não seria capaz de romper por si só o controle dos governos e do poder econômico sobre a universidade. Modificar a forma como o reitor é escolhido, mantendo-se a estrutura de poder vigente, também não solucionaria o problema. Ainda mais quando se sabe que a proposta da direção aparece condicionada a outra, de paridade nos organismos de administração da universidade. Não será modificando a proporção entre os representantes de estudantes, funcionários e professores no interior de uma estrutura que conserva a ingerência do Estado e do capital.

Em outras palavras, partir do fato de que é absurda a maneira como é “eleito” o reitor e partir do princípio de que todos os cargos sejam elegíveis (e submetidos a revogação dos mandatos) não pode nos conduzir mecanicamente à defesa de bandeiras que nos colocam numa posição de conciliação com a burocracia, quando a tarefa que se coloca é combatê-la.

Hoje as bandeiras de estatuinte e diretas pra reitor aparecem no movimento como uma imposição das direções, de cima pra baixo. São apresentadas como reivindicações democráticas radicais, mas na prática servem para combater o radicalismo do movimento, desviando os que estudam e trabalham das bandeiras decisivas no momento atual, colocando como prioridade reivindicações abstratas, à margem da vida dos estudantes.

O autoritarismo se destaca na conjuntura como o problema mais candente que devemos enfrentar. A razão disso é que esse autoritarismo hoje se expressa por meio da violência policial e da perseguição política aos movimentos. Mas a direção estudantil, ao não lhe dar combate imediato em nome de uma campanha por “democracia”, impede que se dê um passo na luta contra a repressão, permitindo que esse mesmo autoritarismo se perpetue, pois ele não será removido de outra forma que não seja a do levante massivo e unitário.

Nesta edição:

- Agravamento da crise na Síria – as mãos do imperialismo
- Espanha: Uma semi-colônia do capital financeiro
- A miséria do Paraguai é consequência da submissão ao imperialismo
- Política, programa e métodos do proletariado para enfrentar a crise, os capitalistas e seus governos na Argentina.
- Bolívia: 77 anos do POR

Artigos do Cerqui



**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**

Agravamento da crise na Síria – as mãos do imperialismo

O atentado de 18 de julho, que liquidou importantes membros da cúpula da força de segurança do governo de Bachar el Assad, indicou o recrudescimento do conflito que se iniciou em março de 2011. A explosão no centro de segurança máxima foi reivindicada pelo Exército Sírio Livre (ESL). Imediatamente, o fato chamou a atenção pela ousadia do ESL e pela incapacidade dos organismos de repressão de evitar o atentado.

A imprensa mundial noticiou a decapitação do ministro e vice-ministro da Defesa, entre outros comandantes, como sinal de que o governo de Assad estava acossado e no seu final. Damasco sofria uma ofensiva da oposição armada, que se infiltrava pelo sul da capital. O golpe contra o núcleo governamental abria, assim, caminho para o ESL reunir todas as milícias que agem fragmentariamente como única força para derrubar o regime.

O Jornal El País da Espanha destacou que houve outras matanças de membros da repressão, como o “envenenamento, em maio, de vários responsáveis da segurança que cometeram a imprudência de encomendar comida preparada a uma conhecida empresa de refeições cujo fornecedor introduziu mercúrio nos alimentos”. Em seguida, houve a deserção do general Manaf Tlass. Em Aleppo, o ESL divulgou imagens da adesão do general de brigada Abdul Naser Farzat, que declarou: “Me uni ao Exército Sírio Livre, os heróis que estão defendendo a nação”. Assim, as mortes do ministro da Defesa, de comandantes e as deserções de oficiais são apresentados como sintomas de desintegração do regime e possibilidade de triunfo da oposição armada.

A comparação entre a derrubada do governo líbio e os acontecimentos na Síria se tornaram um meio de avaliação do que pode se repetir nesse País. Assad pode ter o mesmo destino de Muamar Kadaf. Essa propaganda da imprensa imperialista foi impulsionada após o atentado. Omitiu-se que o linchamento do ditador líbio se deu com a participação do imperialismo.

Notamos que as potências, principalmente os Estados Unidos, procuram agir de forma mais disfarçada na Síria. É como se o ESL contasse inteiramente com as deserções, as adesões populares e com recursos próprios. No entanto, o imperialismo se entranhou na divisão ocorrida sob o regime autoritário e dinástico de Assad. A diferença com a Líbia é apenas de forma e de grau. As circunstâncias da crise mundial, das

várias frentes de intervenção e as particularidades da Síria e do Oriente Médio impuseram certos limites para o intervencionismo bélico forâneo. O que não quer dizer que serão preservados indefinidamente. O imperialismo trabalha sob a perspectiva de enfraquecimento, divisões e desmoroamento do regime de Assad para decidir sobre a necessidade e o momento de lançar o cerco militar.

O bloqueio exercido pela Rússia e China no Conselho de Segurança da ONU tem tão somente dificultado a tomada de medidas mais amplas. Por fora, os Estados Unidos e as potências europeias alimentam o ESL e trabalham por formar um Conselho Nacional Sírio. A constituição de um governo paralelo não tem sido tão fácil quanto ao da Líbia. De forma que a oposição ao regime continua fragmentada e combate o regime por razões distintas. Inúmeros são os grupos armados que atuam de forma independente (Brigada dos Mártires de Idikib, Al Faruk, Halcones de Sham, Frente dos Rebeldes Sírios, etc). O problema está em submetê-los à centralização do ESL, que tem em seu comando militares desertores, e este a um Conselho Nacional Sírio.

Por trás dessa miríade de forças, que emerge da brutal repressão e das milhares de mortes, o imperialismo usa a Arábia Saudita, o Catar e a Turquia para se implantar no seio da crise e influenciar na guerra civil que se desenvolve. Recursos, armas, assessoria militar e envio de combatentes árabes para reforçarem a oposição militar são utilizados sem autorização da ONU. O imperialismo a utiliza quando é possível; quando não, a dispensa. Houve a tentativa de afastar Assad por meio de negociações. Mas, o plano apresentado como sendo da Arábia Saudita em janeiro fracassou. Recentemente, os Estados Unidos recorreram a confabulações diplomáticas encabeçadas por Kofi Anan, que também não prosperaram. A meta era obter um cessar fogo e abrir caminho para a ONU promover a remoção do governo por meio de uma transição acordada.

O atentado de 18 de julho marca o fracasso total da solução negociada e a escalada dos confrontos armados. Passado o primeiro momento, começa-se a verificar como foi possível instalar uma bomba no comando e cérebro das forças de segurança do governo. A incógnita permanece, mas as suspeitas de que o ato terrorista contou com o apoio das potências se tornam cada vez mais plausíveis.

O governo Obama aprovou o atentado, seguido dos principais países europeus envolvidos no objetivo de derrubada de Assad. O Conselho de Segurança da ONU se negou a condená-lo. A Rússia e China queriam um pronunciamento que rechaçasse a ação por caracterizá-la como terrorista. O que significaria responsabilizar o ESL por se utilizar do método dos atentados. Sem dúvida, trata-se de um jogo, uma vez que nem a Rússia e nem a China se colocam de fato pela defesa da autodeterminação das nações oprimidas. Não fazem senão defender seus interesses particulares vinculados à Síria e ao Oriente Médio. Porém, a acusação de que os Estados Unidos e seus aliados usam dois pesos e duas medidas diante do terrorismo ajuda a desnudar a política de dominação imperialista.

O fundamental não está no uso do atentado, portanto, do terror, que se justifica pela inferioridade do Exército Sírio Livre e pela brutal violência do regime de Assad contra os opositores. Está no fato dos rebeldes se apoiarem no imperialismo e em países que jogam um papel pró-imperialista, como a Arábia Saudita, Catar e Turquia. O ESL conta com o apoio do governo turco para sediá-lo. Um dos reparos que essa fração dos rebeldes tem feito é o das potências não agirem com a mesma determinação como agiram na Líbia.

A brutalidade como Assad enfrentou uma manifestação estudantil pacífica em março se transformou em estopim para o descontentamento de parcela significativa da população. Desencadeou-se um movimento de massa contra a violência reacionária e as mortes. Um governo bem estruturado e com capacidade militar, certamente, não avaliou que as condições internas da Síria e as externas haviam se modificado ao ponto de sua prepotência se deparar com a resistência popular. Nisso, a crise síria se assemelha à da Líbia e do Egito. A necessidade do governo de sufocar a contestação de massa por meio do exército expressou seu esgotamento. A perda do medo e o ódio que cresceram entre a população opositora confirmaram a falência da dinastia dos Assad.

Com a ruptura política, vieram à tona as diferenças étnicas e religiosas entre a maioria sunita e a minoria alauíta (xiita), sobre a qual se apoia o governo Assad. Com mão de ferro, a ditadura civil garantiu a unidade nacional, contando para isso não só com o apoio da minoria alauíta como também de grande parte da burguesia mulçumana sunita. É necessário rejeitar as explicações que se limitam a apontar os traços étnicos e religiosos como essenciais à desintegração da Síria. Certamente, não deixa de ser importante a composição demográfica em que dos 22,5 milhões de habitantes, 70% sejam sunitas, 12%, alauístas e o restante curdos, drusos, etc. O essencial está em que a maioria sunita e alauíta forma a base explorada e oprimida do capitalismo semicolonial sírio. O trabalho produtivo, o desemprego, a pobreza e a miséria são carregados por operários, camponeses, artesãos e pequenos comerciantes. Mas, os burgueses sunitas fazem parte do governo da minoria alauíta.

O levante dos explorados, que iniciou em março de 2011 e se projetou em cidades como Homs, Hama, Aleppo e Duma se deveu à terrível opressão econômica, de um lado; e os faustos privilégios dos clãs e frações burguesas ligados ao governo, de outro. A oposição que se reúne politicamente no Conselho Nacional Sírio e militarmente, no Exército Sírio Livre, bem como o imperialismo, tem por objetivo constituir um novo go-

verno, segundo os padrões da democracia ocidental. O governo burguês de Assad será substituído por um da mesma classe social. Isso é o que se espera, embora tudo indique que o fim do regime ditatorial vigente não dará lugar a um regime de plena democracia burguesa.

As massas que padecem a opressão capitalista e que enfrentam o governo burguês sanguinário não contam com uma direção revolucionária. Esse foi e é o problema central dos levantes que derrubaram as ditaduras na Tunísia, Egito, Líbia e Iêmen. Agora se manifesta com a mesma dramaticidade na Síria.

É bem possível que a Irmandade Muçulmana seja a força catalisadora do ódio da maioria oprimida. Essa organização foi varrida fisicamente por Hafez Assad com a matança em Hama nos anos de 1980-82. A recente chegada da Irmandade Muçulmana ao poder do Estado no Egito, pela via eleitoral, mas escorada em um poderoso levante de massa, certamente impulsiona um movimento da mesma natureza islâmica na Síria.

As mesquitas vêm servindo de instrumento de contestação popular e coesão de parcela das massas radicalizadas contra o governo.

O Exército Sírio Livre procura não se confundir com o islamismo, dizendo-se laico e nacionalista. Não é de todo infundada a notícia de que a Al Qaeda está presente nos embates. Bachar el Assad em inúmeras ocasiões chamou a atenção das potências para o perigo do ascenso de organizações muçulmanas jihadistas. Apelou aos Estados Unidos que não dessem apoio a uma oposição que substituiria seu governo laico por um islâmico sectário. Não faltaram iniciativas da secretária Hillary Clinton de organizar e centralizar os opositores segundo os preceitos da subserviência. O que dispensa o nacionalismo muçulmano.

A adaptação do novo presidente egípcio Mohamed Morsi ao imperialismo e aos interesses de Israel poderá servir à oposição na Síria. Há uma determinação clara - e que parece inflexível - das potências em não permitir a continuidade de Bashar no poder. O mais provável é que aumente o apoio à oposição. E se exija com rigor a colaboração da Rússia e China. Assim que passarem as eleições nos Estados Unidos, a Casa Branca será mais ofensiva no objetivo de derrubar o regime.

Muitos são os pontos em comum entre os levantes que puseram em questão as ditaduras no norte da África e no Oriente Médio com o da Síria. Mas há um de particular importância para o futuro dos explorados, que é a falta do partido marxista-leninista-trotskyista. As revoluções democráticas fracassam sob a direção burguesa e pequeno-burguesa. Não podem realizar as tarefas próprias das nações capitalistas atrasadas e semicoloniais. O proletariado se manifesta diluído e submetido aos objetivos difusos da democracia burguesa e dos preceitos religiosos postulados por organizações arcaicas como a Irmandade Muçulmana.

A revolução democrática no Egito, se tivesse à frente o partido marxista, levaria o proletariado a expropriar a grande burguesia e a expulsar o imperialismo. Teria influenciado decididamente o curso dos levantes na Líbia e na Síria em confronto com o intervencionismo das potências. Não sendo assim, os Estados Unidos continuam a ditar à burguesia desses países as soluções finais para os regimes esgotados e que até ontem eram amigos do capital internacional.

Ao imperialismo, o regime político mais conveniente é aquele permite sua penetração e saque do país, nas condições em que controla as massas exploradas – seja por mecanismos democráticos ou ditatoriais. O apego à democracia, à transição pacífica e aos direitos humanos corresponde exatamente aos interesses econômicos em questão.

O levante das massas sempre é perigoso para o domínio externo. A indefinição do tipo de governo é intolerável aos saqueadores. Interferem o máximo que podem para canalizar os explorados para as direções que prometem conciliar e preservar as relações anteriores. É o que está desgraçadamente ocorrendo também na Síria.

Está evidente que o governo de Assad não é capaz de organizar sua base de apoio para um enfrentamento com o imperialismo e seus agentes no Oriente Médio. Terá de aumentar as ações militares que afetam inevitavelmente a população. E ao mesmo tempo se manter recuado diante da ofensiva ex-

terna. Está aí a via de sua derrocada.

A vanguarda revolucionária que luta pela revolução mundial e pela reconstrução da IV Internacional não confunde o ódio das massas ao governo reacionário de Assad com as organizações nacionalistas ou pró-imperialistas que as submetem a políticas estranhas. Nossa bandeira é de autodeterminação das nações oprimidas; de luta contra o intervencionismo imperialista e de defesa da revolução democrática sob a direção do proletariado, que a transformará em revolução socialista. Não condenamos o atentado à cúpula de segurança do regime Assad por ser terrorista, mas condenamos o fato de expressar posições do imperialismo.

- **Pela autodeterminação da Síria!**
- **Fora o intervencionismo imperialista!**
- **Pela unidade dos explorados do Oriente Médio para derrotar as ditaduras e expulsar as potências saqueadoras!**

26 de julho de 2012

Espanha: Uma semicolônia do capital financeiro

Lançou-se um enorme ajuste de 65.000 milhões de euros como contrapartida do “resgate” europeu ao setor bancário espanhol de 100 bilhões. Para salvar os bancos, metem a mão nos bolsos dos trabalhadores e dos setores populares. O primeiro-ministro espanhol Mariano Rajoy afirma que aplicará com firmeza e determinação e que os credores não terão a menor perda. É o quarto ajuste em seis meses.

Os 100 bilhões de euros serão avalizados pela dívida pública.

O dinheiro é recebido pelo governo, que o repassa aos bancos, é o governo que garantirá e pagará a dívida em 12 anos. Desse montante, 23.500 milhões serão usados para salvar o banco estatizado Bankia. Rodrigo Rato, ex-presidente da Bankia, ex-chefe do FMI, está sendo julgado pelo esvaziamento do banco.

As exigências de Bruxelas são uma renúncia da soberania nacional. A Espanha sofreu uma intervenção do capital financeiro. Quem desenvolveu o programa de ajuste? O Banco Central Europeu e o FMI. É um programa que já conhecemos, sofremos na carne, preparado pelas mesmas pessoas.

- O IVA (imposto de valor agregado) sobe de 18% para 21%
- Os funcionários públicos não receberão o abono no Natal. Suas horas de trabalho serão estendidas.
- Corte do seguro desemprego, a partir do sexto mês de 60% para 50%. A ajuda de 400 euros para reemprego só será dada aos desempregados que já trabalharam anteriormente, deixando a maior parte dos jovens desempregados sem essa ajuda.
- As empresas públicas serão reduzidas. Serão privatizados portos, ferrovias e aeroportos.

A grande festa é do sistema bancário, com a especulação em todos os campos, gerando enormes lucros que alimentavam dividendos fictícios aos acionistas e o pagamento dos executivos que devem ser pagos agora por toda a população.

As medidas adotadas acentuaram e ampliaram a crise econômica, mesmo depois de 2013 como anunciou o governo. Crescerá a precarização do trabalho e o desemprego continuará a crescer, e já atingiu níveis estratosféricos: mais de cinco milhões e meio de trabalhadores (25% da população apta

ao trabalho; entre os jovens é mais que o dobro). Crescerão a inadimplência e a quebra bancárias.

Os mineiros do carvão fizeram a “marcha negra” de mais de 400 quilômetros até Madri, que começou em 22 de junho para protestar contra os cortes nas subvenções do carvão em 63%. Essa ação do governo levou ao fechamento de minas nas Astúrias, em León, Valência, Aragão e Castela - La Mancha. A marcha ganhou a simpatia de milhares de manifestantes que se juntaram e lutaram contra a polícia.

O rechaço popular ao ajuste se multiplica. Exigindo a renúncia de Rajoy. Os governantes são fantoches a serviço dos bancos. Nada importa, promessas de campanha ou o programa do seu partido. Quando governam, aplicam os planos que lhes ditam.

Seis comunidades autônomas rejeitaram o teto do déficit imposto pelo Executivo, incluindo Castela, Aragão e a Extremadura, governada pelo PP.

Não é suficiente pedir a cabeça de Rajoy e dos politíqueiros. O maior perigo é que a raiva e a mobilização se esvaziem no Congresso e nas eleições, que não vejam outra perspectiva. É necessário colocar que a única solução para a crise é acabar com os bancos, nacionalizando-os sem nenhuma indenização, ignorando toda dívida pública, ignorando toda dívida hipotecária e restaurando as propriedades para os compradores. Acabar com o desemprego, repartindo todo o trabalho disponível entre todos os trabalhadores. Impedindo qualquer precarização no emprego.

Colocar que apenas a classe operária e as classes médias oprimidas podem derrubar este regime, acabando com os grandes capitalistas, e isso requer uma direção revolucionária, construir o partido da classe, o partido que encarna essas tarefas no âmbito da estratégia da revolução proletária.

Não há caminhos intermediários, pacíficos e indolores. O que está acontecendo na Espanha é o que já se vive na Grécia, Itália, Leste Europeu e afeta milhões de jovens trabalhadores na França e na Inglaterra.

(extraído do jornal “Masas” argentino nº 262, de julho de 2012)

A miséria do Paraguai é consequência da submissão ao imperialismo

Contribuição histórica sobre a Guerra do Paraguai no esforço para explicar os recentes eventos políticos que concluíram com a destituição de Fernando Lugo.

A Guerra do Paraguai (1864-1870), denominada pelos paraguaios de *Guerra Grande* ou *Guerra contra a Tríplice Aliança* foi a conflagração em que os aliados (Brasil, Argentina e Uruguai) se enfrentaram contra o Paraguai, num conflito instigado realmente por interesses colonialistas britânicos. Tratava-se da eliminação de um modelo que não correspondia aos interesses imperialistas e ao livre comércio.

Da ótica de Milciades Peña podemos situar a guerra do Paraguai como a primeira manifestação do imperialismo no cone sul. As mentiras montadas pela história oficial em torno ao conflito deixam claras as arterias intenções dos governos argentinos e brasileiros e a necessidade de ocultar seus reais propósitos. Estes propósitos correspondiam principalmente aos interesses das burguesias regionais e ao tipo de inserção nos mercados mundiais como provedores de matérias primas à indústria britânica e mercado cativo da mesma.

O Paraguai, diferentemente da Argentina, passava por um processo de industrialização, embrionário, mas não se encaixava nos interesses do imperialismo britânico. As terras eram de propriedade do Estado e de pequenos proprietários, a ferrovia a serviço da indústria e da fundição, indicando a incipiente, mas segura, marcha rumo à industrialização real. (Tese de Milciades Peña).

Nas palavras de Peña: *“se o povo paraguaio não é capaz de produzir traidores que governem a mando de estrangeiros, então há que arrasá-lo, e para isso o colonista mitrista (diário LA NACIÓN) tem uma solução tão asquerosa que custa transcrever e que surpreende pela sua incrível similitude com os métodos hitleristas...”*. Mitre, representante da oligarquia portenha, dizia no seu jornal que: *“ao povo paraguaio é necessário enxertá-lo, assim como se fez com Santa Fé depois de Pavón”* (diário LA NACIÓN). Fica evidenciada a necessidade de abortar um processo de desenvolvimento que não servia aos interesses do imperialismo britânico, o qual já havia definido que a função da América Latina era a de prover matérias-primas, quer dizer, seu papel de continente oprimido já havia sido decidido.

Para submeter o bravo povo paraguaio, que mesmo não tendo o armamento necessário lutava pela sua liberdade com armas caseiras, enquanto as tropas da *tríplice infâmia* contavam com todo o arsenal garantido pelo amo imperial, foi necessário levar tropas acorrentadas, pois a deserção aos milhares era corrente. A frente da oligarquia portenha com sua homônima do litoral se rompia. A traição e a sabotagem contra o exército mitrista eram recorrentes, o que demonstra que o povo rio-platense não se beneficiava em nada com a guerra contra o Paraguai, ou pior, era prejudicado ao fortalecer o modelo da oligarquia portenha.

A guerra do Paraguai teve consequências tremendamente desfavoráveis para a economia nacional argentina. Foi uma das maiores orgias de esbanjamento que praticou a oligarquia portenha para defender seus interesses e deixou o país endividado perante o capital estrangeiro. Esta guerra foi a *“causa e razão de ser dos empréstimos e emissões no valor aproximado de 80 milhões de pesos fortes, sem outro benefício para a Argentina que o jugo dessa dívida”*. (Milciades Peña, *Sangre, Empréstimos y Negociados*).

O fato terrível desses três países – Argentina, Brasil e Uruguai – supostamente em benefício do povo paraguaio, terem feito uma guerra tão infame, com a destruição não só dos meios de produção (chegando a colocar areia nos fornos da fundição de ferro de modo a inutilizá-los para sempre), mas, a eliminação de milhares de homens e mulheres, marcou a fogo o destino de um país. A Guerra do Paraguai foi a eliminação do próprio Paraguai por atrever-se a idear um programa econômico independente do imperialismo. (Peña).

“Com esta grande façanha, Mitre impôs o predomínio indiscutido da oligarquia portenha sobre o resto do país, inclusive sobre os outrora rebeldes fazendeiros da província de Entre Rios e destruiu também em benefício da burguesia europeia e sua servil intermediária localizada à beira do Rio da Prata, o primeiro e único ensaio de evolução independente na direção do capitalismo industrial que conheceu a América Latina até hoje”. (Milciades Peña op. Cit.).

Política, programa e métodos do proletariado para enfrentar a crise, os capitalistas e seus governos na Argentina

Publicamos um resumo dos jornais Massas N° 261 e N° 262, do POR argentino, extraindo as conclusões e posições políticas mais relevantes e importantes sobre os fatos e situações da luta de classes.

Por que caracterizar o governo de Kirchner como pró-imperialista?

Por sua posição de defesa do regime de propriedade privada dos meios de produção.

Não poucos caracterizam o governo como *popular*, da *maioria nacionalista*, de *todos*, sem deter-se a assinalar que classe representa, que classe defende. A burguesia nacional tem atritos, algumas vezes superficiais e outras vezes agudos com o imperialismo, na disputa pela apropriação da mais-valia.

Mas a Argentina é uma semicolônia do imperialismo, um país oprimido, submisso. Mas é necessário definir que relação tem com o imperialismo, com o capital financeiro.

Como se expressa a dominação imperialista? Fundamentalmen-

te pela presença de multinacionais controlando os principais ramos da economia nacional, dominando o comércio exterior. E bilhões de dólares são pagos à banca internacional sob a forma de juros a cada ano.

Que medidas concretas tem tomado o Governo nacional contra o domínio imperialista sobre a Nação? Medidas elementares de soberania, como estabelecer a nacionalização dos bancos e o comércio exterior não se aplicaram. Não se reverteu o processo de privatização e entrega dos anos 1990.

Quando houve a greve e ocupação da empresa multinacional Kraft (alimentos), mandou a polícia e a repressão, processou os lutadores e fizeram investigação contra eles. O mesmo fez para defender os interesses petrolíferos das multinacionais, militarizando as zonas mais radicalizadas.

Os negócios de mineração, respaldados e impulsionados pelo kirchnerismo, garantem benefícios extraordinários às mineradoras. Kirchner assinou todos os balanços de YPF até 2011, avalizando a política de esvaziamento que levava a Repsol. A empresa agora controlada pelo Estado nacional e provinciais, se orienta a novos acordos com as multinacionais. Não há uma política de recuperar a soberania sobre toda a exploração petrolífera, que só é possível nacionalizando-a sem indenização.

O apoio aos EUA contra o Irã é um escândalo, somando-se aos argumentos das potências para preparar as condições do ataque. Mantém a presença de forças militares no Haiti, papel que os EUA não podiam cumprir diretamente. A Lei antiterrorista foi impulsionada pelo Governo por recomendação de organismos do imperialismo (GAFI e G20).

Que medidas deveria ter adotado o governo em defesa da soberania nacional, para que pudesse ser considerado como nacionalista? Desconhecer toda a dívida externa, estatizar os bancos, anular as privatizações, expulsar o imperialismo de todos os ramos vitais da economia, impor o monopólio estatal do comércio exterior, renunciar ao Ciadi, romper todos os acordos militares e diplomáticos com o imperialismo e muitas outras medidas de defesa e soberania nacional.

Só a classe operária é consequentemente antiimperialista e poderá resolver as tarefas democráticas e nacionais que a burguesia não realizou nem poderá fazê-lo. A burguesia é uma classe antinacional, entrelaçada com o capital imperialista, ainda que de vez em quando possa ter algum choque isolado com algum setor.

A ruptura de Moyano¹ com o Governo é um sinônimo de crise política

O governo trabalhou para tirar Moyano da condução da CGT2. Trata-se de quem lhe deu um respaldo decisivo nestes 10 anos, mobilizando-se em seu apoio. Agora, com seu enfrentamento ao governo, Moyano se constitui num fator da crise política. Tem capacidade de organização e mobilização e se converteu em referência pelos convênios conquistados e os métodos aplicados.

As consignas em que se centra são legítimas: contra o imposto aos rendimentos que se aplicam aos trabalhadores e pelo incremento das associações familiares. E que abarque os 100% dos trabalhadores que conseguiram salários acima da cesta familiar. O que indica que uma maioria dos trabalhadores está

muito abaixo da Cesta. Por isso esta reivindicação ganhou a simpatia dos trabalhadores de outros grêmios que vêm como seus dirigentes olham para outro lado.

Moyano se coloca como um obstáculo para o rearranjo operado pelo governo, que apela a burocratas repudiados por suas bases e desgastados politicamente. Temor também compartilhado pelos capitalistas que se preocupam com que o caminhoneiro sirva de canal às lutas que poderiam despontar. A chegada da crise econômica mundial faz prever medidas que reduzam conquistas e ataquem as condições de vida das massas, para essa política se necessita na CGT e nos sindicatos os setores mais dóceis.

Moyano busca aliados na oposição patronal, tão nefasta como o próprio governo. Busca agradar setores anti-operários em choque com o governo para tirar proveito da situação. Atrás de Moyano, o movimento operário fica atrelado a um setor patronal dos mais recalcitrantes.

Os setores classistas, que lutam pela independência política da classe operária devem intervir, não devem abster-se, cuidando de não fazer seguidismo a Moyano, colocando com toda clareza a pauta de reivindicações e o plano de luta necessário para impô-lo, ajudando a desnudar diante dos trabalhadores seu caráter burocrático e pró-burguês. Moyano é um obstáculo para a vanguarda porque suas posturas anti-governo, as medidas que adota, as reivindicações que levanta, podem criar a ilusão de que estamos frente a um representante dos trabalhadores. A colocação de Moyano de votar contra o governo é uma colocação a serviço da burguesia opositora.

Unidade do movimento operário: uma só Central Sindical – Pauta única de reivindicações

A direção da CGT se dividiu em vários setores, diferenciados entre si por suas relações com o governo e as patronais. Há 20 anos a CTA3 se cindia da CGT com os Grêmios estatais mais numerosos. No ano passado se rompeu a CTA em duas frações, uma apoiando incondicionalmente o governo e outra aliada à oposição burguesa. A classe operária necessita da unidade para golpear como um só punho. As divisões só servem às patronais. Mas a unidade deverá ser gestada desde as bases, desde as assembleias, coordenando as lutas, aprovando uma pauta única de reivindicações e elegendo delegados e comissões internas dispostas a levar adiante estas reivindicações apoiados na ação direta de massas. Este é o caminho para recuperar nossas organizações sindicais para a luta e construir uma única Central Operária. Todas as frações burocráticas devem ser expulsas do movimento operário.

Greve de caminhoneiros e mobilização à Praça de Maio (27 de Junho)

Trata-se da primeira paralisação e mobilização sob o governo kirchnerista, protagonizada por quem tem sido seu suporte fundamental até o ano passado. A mobilização foi massiva e a paralisação de caminhoneiros foi total.

O POR esteve presente e participou ativamente com suas consignas, com seu programa. Era uma necessidade para responder a uma quebra nas relações entre um setor da burocracia e o governo, que pode potenciar a intervenção dos trabalha-

dores e se constitui num salto na crise política.

Deve-se lutar para independizar os trabalhadores de todas as frações burocráticas. Moyano é um lastro para a classe operária e deve ser varrido do sindicalismo. Mas a melhor forma de ajudar a superar toda ilusão neste dirigente é intervir em todo este processo, lutando pela independência política e sindical do movimento operário, defendendo a bandeira e diferenciando-se de Moyano.

O conflito dos Dragões com Pan American Energy

Trabalhadores petroleiros da Pan American Energy, organizados no agrupamento Os Dragões e que estão sob o sindicato e convênio da UOCRA, enfrentando sua direção nacional, bloquearam as refinarias em Cerro Dragón, colocando o país nas portas de uma “greve geral” por desabastecimento de combustíveis. Trata-se da jazida mais importante do país, com 15% da produção total.

O Governo não vacilou em mandar a repressão para defender a sacrossanta propriedade privada. Os representantes da burguesia querem nos convencer de que a greve é uma “extorsão” do país. A única extorsão é a da inflação, a do desemprego, a dos demitidos, a da terceirização. À extorsão da propriedade privada, os operários lhe opomos nossa organização e luta. O POR reivindica a ação direta de massas para impor as reivindicações aos burgueses. Reivindicamos a expropriação e estatização sem indenização de todos os recursos, sob controle operário coletivo.

O governo burguês de Kirchner ataca abertamente os trabalhadores

O Governo, a quem está acabando a bonança, para sustentar os negócios dos capitalistas no contexto da crise internacional, deve aprofundar seu ataque à classe operária e aos demais oprimidos.

Denunciamos a demagogia do kirchnerismo e sua “unidade nacional” para conciliar os interesses dos capitalistas

e dos explorados. Que não é mais que um belo sinônimo da submissão da classe operária e dos demais oprimidos aos interesses de nossos opressores. Os trabalhadores defendemos outra Unidade Nacional: a da classe operária com os demais oprimidos, contra a expropriação inflacionária de nossos salários, contra os ajustes, contra seu Estado repressor, contra a propriedade privada.

Fora as multinacionais mineiras da Cordilheira!

A Corte Suprema de Justiça da Nação revogou as medidas cautelares ditadas em San Juan (província do Noroeste da Argentina) para bloquear a aplicação da Lei de Geleiras (Setembro de 2010), que pretende proteger os reservatórios de água, o ambiente periglacial, como reserva estratégica de recursos hídricos para consumo humano, agricultura e reabastecimento de rios, etc., chocando com as grandes mineradoras, que avançam sobre as geleiras e rechaçam qualquer limitação a sua exploração.

Nós do POR deixamos claro que não nos opomos à mineração. A mineração como toda atividade vital deve ser nacionalizada sem indenização. Rechaçamos as posições que se limitam a associar-se com as multinacionais, o cobrar-lhes mais regalias, ou pedir-lhes que invistam no país, ou que substituam com produtos nacionais os insumos importados. Corresponde expropriar e expulsar às multinacionais.

Os trabalhadores, os oprimidos, devem decidir que mineração é necessária, que produtos se podem industrializar, como evitar ou reduzir ao mínimo o impacto ambiental, como integrar esta atividade com todas as atividades produtivas. Esta tarefa não pode ficar nas mãos da burguesia e seus governos, entreguistas, de joelhos frente as multinacionais.

Notas:

- 1) Hugo Moyano, secretário geral da CGT
- 2) Confederação Geral do Trabalho.
- 3) Central de Trabalhadores da Argentina

Bolívia:

A Guerra Camponesa

Esta guerra entre as nacionalidades nativas e o governo burguês indesejável precedeu em alguns anos o movimento subversivo de 09 de abril de 1952, mas em conjunto com a classe operária radicalizada contribuíram para a transformação do golpe de estado do MNR e o ministro do governo, Antonio Selenme, em uma revolução alentada pelos operários mineiros, os das fábricas, etc., que infelizmente não culminou na ditadura do proletariado como desejado.

A luta camponesa contra o gamonalismo (as poderosas famílias dos antigos proprietários, párias de cunho colonial e sem refinamento, que expandiram suas terras e seu poder sócio-político - arrendatário e clientelista - à custa da expropriação por meios ilegais e violentos dos membros das comunidades indígenas dos ayllus, nota do editor) e os abusos das autoridades foram se aprofundando no decorrer da batalha

G. Lora, março de 2006

para recuperar o usufruto das terras dos poderosos fazendeiros, o que inevitavelmente foi se transformando na batalha por um governo dos oprimidos e explorados. Tinha-se a impressão de que os camponeses e os operários estavam se dirigindo para o mesmo fim. Foi um erro descomunal que a militância porista, talvez por falta de experiência, não tenha conseguido calibrar corretamente este fenômeno inédito no país. A Quarta Internacional, como direção acima das fronteiras nacionais, não conseguiu orientar adequadamente sobre este problema de enorme importância. Perguntamo-nos: a direção porista amadureceu o suficiente para não repetir o erro de ontem?

A guerra camponesa ocorreu em cinco departamentos do país, ainda que não com a mesma intensidade e preservando as suas particularidades.

Os poristas acompanharam o fenômeno da luta no campo

no seio do proletariado. Certamente esse fenômeno ocorreu porque a uma parte significativa dos operários das minas e das cidades vem do campo. Como não havia antecedentes do trabalho simultâneo nos centros urbanos e no campo, os militantes poristas encontraram muitas dificuldades e agora seguem se chocando com estes obstáculos. Devemos nos perguntar se até agora não conseguimos superar estas dificuldades? Parece que não, isto é confirmado pelo fraco trabalho do partido neste setor. O que segue abaixo pode ajudar de alguma maneira a organizar um melhor trabalho no campo.

Devemos ter em mente que esse fenômeno subterrâneo explica a forma como setores do campo conseguiram conhecer algumas consignas da memorável “Teses de Pulacayo”.

A essência das consignas da guerra camponesa:

O protesto contra os abusos das autoridades e dos gamonais passou para o segundo plano ou foi incorporado ao objetivo central da luta: apoderar-se das parcelas das fazendas (deliberadamente não nos referimos à terra em seu conjunto) e, para cumprir este objetivo, expulsar ou matar o gamonal.

Para os camponeses que lutavam (não falamos do conjunto dos habitantes do campo, das nacionalidades indígenas) não se colocava, mesmo que remotamente, substituir a propriedade privada da terra (grande ou pequena) pela social, determinado momento será impulso instintivo para os operários. Os explorados e oprimidos do campo se limitaram a ocupar seu lote, e manter-se nele.

Mas, sem dúvida, num primeiro momento, tanto para as

massas radicalizadas na luta contra o gamonalismo como para o proletariado mobilizado e seu partido político (o Partido Operário Revolucionário), o fenômeno se apresentava como único e indivisível. Será a intensificação do processo político que irá forçar a revelação de que o fenômeno trazia no seu cerne uma contradição fundamental que tendia a se tornar excludente.

A marcha em direção à nova sociedade deve passar necessariamente pela conquista do poder político pela classe operária apoiada pelo campesinato assaltando os latifúndios.

No dia seguinte à instalação da ditadura do proletariado se colocará a urgência de passar para a propriedade social dos meios de produção, que despertará a resistência de setores que já se apoderaram da pequena propriedade da terra das fazendas que estavam nas mãos dos gamonais.

Ressaltamos que a finalidade estratégica do proletariado é uma sociedade comunista, fundada na propriedade social dos meios de produção (que passam para as mãos dos que trabalham – e nesta medida são de todos – mas que não se tornam propriedade privada de ninguém).

O proletariado poderá acabar completamente com o capitalismo – que atualmente está em decadência total e ameaçando empurrar a sociedade humana em direção à barbárie, podemos ver isso considerando que o homem já foi reduzido à condição de apêndice da máquina e seu cérebro substituído pela internet – somente se acabar totalmente com a propriedade privada dos meios de produção e impor a propriedade social em benefício de toda a sociedade.

(Extraído do Jornal Masas boliviano N° 2272, de 20/07/12)

A burguesia narcotraficante

O narcotráfico é um fenômeno que chegou ao país desde fora. O vício massivo em drogas nos países desenvolvidos é uma expressão da angústia existencial de uma sociedade oprimida pelo peso do trabalho cada vez mais intenso e robotizante que imprimem as grandes corporações internacionais, junto ao desemprego e a miséria. É uma tara gerada pelo imperialismo e imposta sobre o país.

O narcotráfico é um poder econômico delinquente muito poderoso e que em seu nível mais alto está intimamente ligado à burguesia. Os imensos recursos que maneja se movem através da banca internacional e o consumo de drogas é normal nas mais altas esferas da sociedade.

Nos países atrasados, como Bolívia, Peru, Colômbia, etc. (não há país no continente onde o narcotráfico não tenha penetrado, sejam ou não produtores da matéria-prima), as máfias do narcotráfico se movem no seio das próprias classes dominantes nativas e do aparato estatal. Por isso não deve surpreender a ninguém o fato de que altas autoridades apareçam envolvidas com o narcotráfico. De fato, na Bolívia, temos o caso dos governos de Bánzer, García Mesa e também Paz Zamora, que tiveram vínculos diretos com o narcotráfico. O caso Huanchaca, que mostrou uma gigantesca fábrica de cocaína sob proteção da própria DEA, prova até onde chegam as relações do narcotráfico com os próprios organismos imperialistas, supostamente encarregados de reprimi-lo.

Os partidos burgueses tradicionais que governaram o país têm sido parte desses vínculos com o narcotráfico. Por isso in-

Ramón digna escutar aos opositores de direita ao governo rasgarem as roupas acusando Evo Morales de ser responsável por um suposto crescimento descontrolado da atividade do narcotráfico no país, pelo fato de ser cocaleiro.

Referimo-nos com isso à raiz do escândalo desatado pela publicação da Revista brasileira VEJA, que acusa o Ministro Ramón de la Quintana e a Yesica Jordan de terem vínculos com um narcotraficante brasileiro.

Ninguém poderia por as mãos no fogo pelos funcionários do corrupto governo do MAS, sobre que tenham ou não vínculos com o narcotráfico, o caso recente mais notável foi o de Sanabria, nada menos que o encarregado da luta contra o narcotráfico do país, mas tampouco a revista VEJA pode ser tomada como uma fonte séria e definitiva. É uma revista comercial sensacionalista, como tantas que circulam em todas as partes.

Mas, à margem de todas essas trambicagens dos politiquês, o cocaleiro Evo Morales, o que lhe reprovamos é seu covarde servilismo frente ao imperialismo e sua política de erradicação da folha de coca.

Sendo o narcotráfico uma tara gerada pelos países desenvolvidos, corresponde a eles resolvê-la em sua própria terra. O país não pode aceitar a doutrina da responsabilidade compartilhada para atacar aos produtores da folha de coca tornando-os responsáveis pelas taras dos gringos que posam de vítimas.

O POR disse em seu momento: “A metrópole imperialista não só nos impõe seus vícios, mas pretende resolver os problemas gerados por esses às nossas custas. Para acabar com

o narcotráfico, quer acabar com a folha de coca, cujo cultivo interessa vital e economicamente aos camponeses”.

O narcotráfico, o vício na droga, o alcoolismo, o tráfico e trato de pessoas para sua prostituição ou escravização, etc. são flagelos próprios de uma sociedade em processo de decomposição e não poderão ser erradicados a não ser acabando com o

regime social imperante.

O que corresponderia a um país soberano é legalizar o livre cultivo e comercialização da folha de coca e inclusive a comercialização da droga para sua exportação sob monopólio do Estado, quebrando assim a ação no país das máfias do narcotráfico.

(Extraído do Jornal Masas boliviano N° 2271, de 13/07/12)

Setenta e sete (77) anos do Partido Operário Revolucionário (P.O.R.)

“O P.O.R. (Partido Operário Revolucionário), foi fundado no Congresso de Córdoba (Argentina), no mês de junho de 1935, quer dizer que há setenta e sete anos, seção da Oposição de esquerda Internacional, que aparece como “Liga Comunista Internacional” e que no ano de 1938 se transformara na Quarta Internacional. O fundador foi José Aguirre Gaisnborg, o marofismo foi incluído no P.O.R. (Tristan Marof). O trabalho do Partido Operário Revolucionário (P.O.R.)”, foi titânico sempre contribuindo à história do país, como também do mundo, “No ano de 1946, (novembro), o Congresso mineiro de Pulacayo adota o programa trotskista, quer dizer a independência ideológica e política frente à burguesia” as “Teses de Pulacayo”. (OO.CC. tomo LXVII).

O Partido em todos esses anos atuou em todos os campos políticos e também sindicais do país, encontramos escritos nas “Obras Completas” (OO:CC), que chegam a 69 (sessenta e nove) tomos, e cada um deles com 500 páginas, sobre a “História do movimento operário”, as “Teses de Pulacayo”; “O Programa do Partido”; “Política e burguesia Narcotraficante”; “O Partido e sua Organização”; “A Frente Revolucionária Antiimperialista” (primeiro órgão de poder (soviet); “Nações Oprimidas e Religião”, “A contra-revolucionária Perestroika”; “A Reforma Universitária”; “Vencer o atraso e a fome”; “Figuras do trotskismo”; “História das quatro internacionais”; “Guillermo Lora Revolucionário Profissional” ¿Que é e que quer o P.O.R.? “Arte e política”; “A mulher, a família e a revolução” etc.; sem dúvida longe de detalhar e enumerar, no entanto já ninguém, nem mesmo a burguesia pode ignorar este trabalho, muito menos os chamados partidos de “esquerda”, todo este material se converteu na Bolívia em elemento de consulta e investigação. Agora o jornal do P.O.R. “MASAS” que continua circulando e se editando, desde o 31 de outubro de 1954, até o mês passado de junho (2012), temos já em nossas mãos o número 2270. Guillermo Lora (Patrício), não foi o fundador do P.O.R. como muitos o consideram, no entanto, uma vez que ingressou no mesmo, estruturou o Partido, o fez como foi o



partido bolchevique na União Soviética de Lenin, Trotsky e dos grandes revolucionários, como também José Aguirre Gaisnborg pretendeu estruturar um partido de revolucionários profissionais.

Muitas vezes, Patrício (G. Lora), assinalava que a vida de um Partido, “neste caso o P.O.R., era um segundo, em relação à própria vida de um ser humano”, ainda mais quando se contribuiu enormemente com escritos, folhetos, jornais, OO.CC. documentos políticos, sindicais, etc. O importante é que o trabalho continua, há todavia muitos camaradas antigos e novos (jovens), que contribuem para enriquecer o trabalho do Partido, escrevendo, discutindo, assistindo aos Congressos Ampliados, para continuar com o trabalho e a meta que foi muito bem colocada pelo P.O.R. e seus militantes: a de consumir a revolução social, varrer com a propriedade privada, acabar com as transnacionais, para

que esta se converta em propriedade social de todos e de ninguém ao mesmo tempo, esse será o socialismo caminho para o comunismo.

Hoje, os do governo combatem a os trotskistas, os massistas vêem em todo movimento social “direita”, “golpes” “insultos contra o “irmão Juan Evo” e que não deixam avançar “na mudança”, que a situação econômica, social dos explorados e oprimidos do país se faz cada dia muito mais difícil, e opressiva, os salários, aposentadorias, não alcançam, não existem fontes de trabalho, tampouco saúde nem educação; todo o pouco que pode fazer o MAS (Movimento Al Socialismo) está feito, passou a ilusão e a impostura, acabou-se a demagogia, hoje o governo burguês massista tem a coluna vertebral fraturada, cada dia existe mal estar incluindo até mesmo a polícia, operários, camponeses, estudantes, professores, etc. Começaram a combater o governo impostor. É por isso que o processo revolucionário se agudiza a cada dia, e o Partido com toda sua experiência registrada em seu material, continuará trabalhando permanentemente até consumir a revolução social, o governo operário-camponês e a ditadura do proletariado.